

**ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

MÔNICA DE SOUZA SANTOS

A BESTA NÃO É INVENCÍVEL  
UMA CRÍTICA À RELIGIÃO DO MERCADO

São Leopoldo

2011

MÔNICA DE SOUZA SANTOS

A BESTA NÃO É INVENCÍVEL  
UMA CRÍTICA À RELIGIÃO DO MERCADO

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para obtenção do grau de  
Mestre em Teologia  
Escola Superior de Teologia  
Programa de Pós-Graduação  
Linha de pesquisa: Leitura e Ensino da Bíblia

Orientador: Flávio Schmitt

São Leopoldo/RS

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237b Santos, Mônica de Souza

A besta não é invencível: uma crítica à religião do mercado / Mônica de Souza Santos ; orientador Flávio Schmitt. – São Leopoldo : EST/PPG, 2011.

66 f.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2011.

1. Bíblia. N.T. Apocalipse 13 – Crítica, interpretação, etc. 2. Neoliberalismo – Aspectos religiosos. 3. Movimentos sociais. 4. Economia – Aspectos religiosos – Cristianismo. I. Schmitt, Flávio. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

## RESUMO

O presente trabalho constitui-se em uma análise do momento atual do Neoliberalismo à luz do Apocalipse 13. Buscam-se elementos históricos e sociológicos que permitam elucidar a relação entre capitalismo e religião. Apresenta-se uma síntese da consolidação do pensamento liberal, passando pelas ideias de Adam Smith, pelo Estado do Bem-estar Social de Keynes, até as teorias de Hayek e a implantação oficial do Neoliberalismo no denominado Consenso de Washington. Aborda-se a ligação entre religião e o Capitalismo a partir das teorias de Max Weber, Walter Benjamim e Adam Smith. Logo após, estudam-se as raízes históricas e as características da Literatura Apocalíptica. O objetivo é identificar a Apocalíptica como movimento de resistência profética contra o poder opressor e excludente. Assim o livro do Apocalipse deve ser lido como contestação e denúncia do poder tirano do Império Romano que se impõe como um deus. Em seguida, dedica-se à interpretação do capítulo 13 do Apocalipse, no qual são descritas as duas bestas que recebem poder do dragão. Buscam-se chaves de interpretação que ajudem desmascarar a falsa religião do mercado, construída e justificada com as teorias neoliberais. Por último, são apresentadas propostas atuais de reconstrução da esperança com base em experiências concretas de enfrentamento ao neoliberalismo como modelo único.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Apocalipse, Besta, Religião do Mercado.

## **ABSTRACT**

The present work is an analysis of the present state of Neoliberalism seen in the light of Apocalypse Thirteen. In the first chapter, historical and sociological elements are sought, so that they might elucidate the relationship between capitalism and religion. It includes a summary of the consolidation of liberal thought following the ideas of Adam Smith, the welfare state of Keynes, and the theories of Hayek and Neoliberalism's official implantation in the so called Washington Consensus. The chapter addresses the connection between religion and capitalism according to the theories of Max Weber, Walter Benjamin and Adam Smith. The second chapter studies the historical roots and characteristics of Apocalyptic Literature. The aim is to identify the movement behind this literature; that is, one of prophetic resistance against a power that oppresses and excludes people. Thus, the apocalyptic books must be read as a contestation and denunciation of the tyranny of the Roman Empire which imposed itself as a god. The third chapter is dedicated to the interpretation of chapter thirteen of the Apocalypse, in which the two beasts are described as receiving their power from the dragon. These are understood as keys that help us unmask the false marketing of religion, built and justified upon neoliberal theories. Finally, the chapter concludes with the reconstruction of hope today, based on the real experience of confronting Neoliberalism as the ultimate model.

Keywords: Key words: Neoliberalism, Apocalypse, Beast, Market Religion.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 “ADORARAM-NO TODOS OS HABITANTES DA TERRA”.....	9
1.1 Keynes não tinha razão.....	9
1.2 O Fim da História.....	12
1.3 Capitalismo e Religião.....	14
1.4 “A Mão Invisível” do deus mercado.....	17
2 A APOCALÍPTICA.....	20
2.1 Raízes históricas da apocalíptica em Israel.....	20
2.2 Características da literatura apocalíptica.....	24
2.3 O livro do Apocalipse como contestação do Império.....	27
3 É BESTA, NÃO É INVENCÍVEL: OUTRO MUNDO É POSSÍVEL.....	30
3.1 O contexto literário de Apocalipse 13.....	31
3.2 Comentários ao texto de Apocalipse 13.....	34
3.2.1 Uma luta de divindades.....	37
3.2.2 Os aparatos dos quais se serve a Besta.....	41
4 ENFRENTAR A BESTA.....	47
4.1 O Império pode fazer o que quiser: Dos estados totalitários à guerra antiterrorista ..	47
4.2 Novo rumo?.....	49
4.3 A aparato econômico do império de hoje.....	51
4.4 O aparato ideológico: a religião neoliberal.....	52
4.5 A fragilidade da mulher vencerá o dragão.....	53
4.6 Apesar de você, amanhã há ser outro dia... ..	57
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

## INTRODUÇÃO

Como a grande besta de Apocalipse 13, o sistema neoliberal dominador seduz e escraviza o povo empobrecido, tirando sua dignidade, sua autonomia e seus direitos fundamentais. É a grande besta que “arroga-se poder absoluto e procura tomar o lugar que pertence somente a Deus”.<sup>1</sup> Seus adoradores insistem em afirmar: Quem é como o neoliberalismo? Quem pode contra ele?

Diante dessa pergunta com intenções absolutistas, outras devem brotar de nossa parte: Com quais fundamentos teóricos podemos justificar ou questionar o sistema capitalista vigente? Como contrapor uma ideologia que, com caráter de religião, faz uso de atributos divinos para seduzir ricos e pobres? Que alternativas podem ser potencializadas em substituição a esse modelo?

Nosso objetivo é analisar o atual momento do modelo neoliberal à luz do que fizeram as comunidades do Apocalipse. Estudando especialmente o texto de Apocalipse 13, queremos encontrar elementos que nos permitam desmistificar o processo e o discurso de divinização desse sistema.

Recorreremos à contribuição filosófica e sociológica de Max Weber e Walter Benjamin. O pensamento neoliberal, tanto de Adam Smith como de seus seguidores, será analisado principalmente com a contribuição de pensadores neomarxistas, como, por exemplo, Michel Löwy. A crítica teológica ao capitalismo enquanto sistema religioso apóia-se no pensamento teológico latino-americano, que há algumas décadas tem vinculado teologia e economia. Frans Hinkelammert e Jung Mo Sung têm sido os expoentes nessa linha de reflexão teórica. Para a análise da literatura apocalíptica, também optamos por pensadores latino-americanos, em especial Pablo Richard e Carlos Mesters. Tal escolha se dá ao fato de que tais estudiosos conciliam a pesquisa bíblica com o compromisso político junto aos grupos empobrecidos do chamado Terceiro Mundo.

O primeiro capítulo tem como objetivo responder, sobretudo a indagação em torno dos fundamentos teóricos utilizados para justificar ou questionar o sistema capitalista em vigor. Entretanto, o faremos com o recorte definido pela delimitação desse trabalho: nosso interesse é buscar elementos históricos e sociológicos que nos permitam elucidar a relação entre capitalismo e religião. Tais elementos nos ajudarão a entender melhor (o que será

---

<sup>1</sup> SUNG, Jung Mo. *A Idolatria do Capital e a Morte dos Pobres: Uma reflexão teológica a partir da dívida externa*. São Paulo: Paulinas, 1989. p.131.

apresentado no segundo e no terceiro capítulo) a crítica que a literatura apocalíptica apresenta à divinização do poder econômico imperialista, à sua época, o Império Romano. Em outras palavras, é nosso desejo questionar se de fato, todos os habitantes da terra terão que se curvar à Besta e adorá-la (cf. Ap 13,8).

No segundo capítulo nossa atenção se volta para o estudo da Literatura Apocalíptica, suas origens e principais características. Optamos por este caminho por entender que o Apocalipse deve ser visto e analisado dentro do seu contexto, para que seja percebido como literatura de resistência profética e como enfrentamento ao poder opressor e excludente dos impérios.

No terceiro capítulo, analisaremos o texto do Apocalipse 13, especialmente em seus aspectos literários e ideológicos. Assim, iniciaremos por localizá-lo no todo da obra. E a seguir apresentaremos algumas chaves de interpretação, sempre com a finalidade de relacionar o texto com a leitura apresentada sobre o sistema neoliberal.

O autor do Apocalipse, ao apresentar a Besta e suas estruturas de dominação, revela, desmascara o poder o Império Romano, que oprime e exclui o povo, que não possui a sua marca. O processo de identificação do Império com a Besta, por sua vez, ajuda a comunidade a recuperar a esperança e a coragem de lutar contra a dominação hegemônica. Esse processo pode nos ajudar, também hoje, a identificar os elementos de divinização do poder neoliberal.

Por fim, o quarto capítulo deseja ajudar-nos a recuperar e a enxergar a força da mulher grávida em dores de parto (Apocalipse 12). Uma vez “desdivinizada” a besta, é possível demonstrar a falsidade do neoliberalismo e do deus mercado, bem com as fragilidades do império atual que se coloca a seu serviço. Com isso é possível poder anunciar experiências novas, prenúncio do sonho celebrado em Apocalipse 21. Escolhemos, para isso, a história do Movimento Zapatista e a experiência do Butão, onde o índice de felicidade do povo é mais importante que os índices financeiros do mercado.

## 1 “ADORARAM-NO TODOS OS HABITANTES DA TERRA”

Nas últimas décadas, o mundo parece querer se dobrar à inevitável conclusão: uma única organização social e econômica se mostrou adequada para a humanidade, somente ela é capaz de propiciar as condições mínimas de sobrevivência e de bem estar para um número maior de pessoas. Essa forma de organização se chama capitalismo. Com o fracasso do bloco socialista, a miséria aumentando em Cuba e o terrorismo ameaçador vindo dos países árabes (como se esses não fossem capitalistas), não há como não admitir que a saída para o mundo é a adoção em escala cada vez mais ampla do que escolheram para si boa parte dos países europeus, mas principalmente os Estados Unidos.

Por mais que movimentos e organizações se “esperneiem”, clamando que “outro mundo é possível”,<sup>2</sup> o que se vê, de acordo com o pensamento hegemônico, é que as alternativas experimentadas não passaram de “ilusões transitórias” “Uma alternativa em favor desta ordem mundial não existe, não é possível, é uma ilusão estéril e danosa de alguns ingênuos e idealistas”.<sup>3</sup> Por outro lado, “pequenas crises” enfrentadas são consequência da má administração de alguns governantes e administradores do sistema financeiro, ou das catástrofes ambientais ou ainda da própria população, que não controla, por exemplo, o crescimento demográfico.

Estaria mesmo correta essa linha de pensamento? Existiriam outras experiências no mundo em que a vida das pessoas não é regulada e abençoada pelo deus mercado?

### 1.1 Keynes não tinha razão

As construções teóricas em torno do papel do Estado e de sua relação com a economia sempre acompanharam as experiências vividas pelas sociedades. Com a gradativa consolidação do sistema capitalista, a partir da segunda metade do século XVIII, o chamado

---

<sup>2</sup> A expressão foi cunhada a partir de 2001, quando nasceu o movimento do Fórum Social Mundial, em contestação ao Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos/Suíça por banqueiros, representantes de grandes corporações internacionais e de governos de países ricos.

<sup>3</sup> GIRARD, Giulio. Desenvolvimento local sustentável, poder local alternativo e refundação da esperança. In: PIXLEY, Jorge (org.). *Por um mundo diferente*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 95.

liberalismo econômico de Adam Smith<sup>4</sup> é assumido e sistematizado por um número cada vez maior de teóricos (a chamada Escola Clássica),<sup>5</sup> cuja tarefa foi construir um arcabouço ideológico que justificasse o modelo de sociedade que gradativamente se impunha.

A grande crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, por sua vez, dão margem à contestação do liberalismo econômico, seja pelas correntes marxistas, que viam suas teorias agora se traduzindo em prática real com a Revolução Russa, seja pelos defensores do Estado do Bem-Estar Social (Welfare State).<sup>6</sup> Para este segundo grupo, ao qual pertenciam as elites políticas e econômicas cujo anseio era superar as crises sem perder a hegemonia sobre o capital e sobre o trabalho, o Estado Intervencionista foi a melhor forma encontrada para a reconstituição do pós-guerra:

Os mecanismos do Estado intervencionista permitiam postergar a catástrofe do capitalismo, na medida em que possibilitaram, naquele momento, o retorno do capital ao curso da acumulação. [...] O Estado Keynesiano tomou para si a responsabilidade de proporcionar aos trabalhadores salário indireto, conclamando aos cidadãos com direito à estabilidade no trabalho, à moradia, à educação, à saúde, à previdência social, à renda mínima, ao auxílio transporte e ao seguro desemprego.<sup>7</sup>

Com a melhoria das condições de vida da população, a recuperação do poder de consumo e de produção da maioria das nações europeias, o liberalismo parecia perder força, Keynes teria razão.

Seria mesmo papel do Estado regular a economia e garantir o bem-estar de cada povo e de cada nação? Não é esta a convicção do que se convencionou chamar de ideologia neoliberal, corrente teórica que toma forma com o livro *O Caminho da Servidão* do economista austríaco Friedrich Hayek, publicado em 1944. Nesse livro, Hayek faz uma dura e implacável crítica ao regime socialista e ao Estado intervencionista de bem-estar. Defende a ideia de que o mercado deveria ser liberto de qualquer limitação ou intervenção do Estado, e que tal intervenção seria uma grave ameaça à liberdade econômica e política também.

Segundo Luis Fernandes o neoliberalismo na

sua versão ideológica original, que propugnava a subordinação incondicional ao mercado como panacéia para a solução de todos os problemas fundamentais da

<sup>4</sup> Adam Smith é considerado o “pai do liberalismo econômico”, teoria que defendia a plena liberdade econômica, a liberdade de mercado, a propriedade privada e o individualismo econômico. Sua obra clássica, *A riqueza das nações*, foi publicada em 1776.

<sup>5</sup> “A Escola Clássica propriamente dita consiste, portanto, naquela corrente científico-econômica iniciada em 1776, com Smith, continuada particularmente com Malthus e Ricardo e completada, em 1848, por Stuart Mill e seus ‘Princípios de Economia Política.’” HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1973. p. 107.

<sup>6</sup> John Maynard Keynes (1883-1946) sistematizou na teoria conhecida com *Welfare State* as práticas do Estado Intervencionista. Daí também o uso da expressão “Estado Keynesiano”.

<sup>7</sup> BRAS. Terezinha Pereira. *Financiamento da Escola Pública: Uma tarefa da sociedade?* 1999. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1999.

modernidade, e considerava toda intervenção estatal na economia e na sociedade uma desgraça a ser evitada a todo custo.<sup>8</sup>

Logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1947, Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros, fundaram a “Sociedade de Mont Pelerin” grupo bastante organizado com reuniões periódicas, com firme propósito de combater o “Keynesianismo” e formar um novo tipo de capitalismo livre de qualquer regulação e mais rígido.

No entanto, foi somente a partir da grande crise da economia no pós-guerra, em 1973, quando os países de capitalismo avançado entraram numa profunda recessão, com queda do crescimento e aumento da inflação, que as ideias neoliberais começaram ecoar mundo afora.

Para Hayek e seus companheiros, os grandes responsáveis pela crise eram os sindicatos, que detinham muito poder, e o movimento operário, que pressionava o Estado para que este aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

E para combater a crise a solução era desmontar os sindicatos, diminuir os gastos com políticas sociais e acabar com a intervenção do estado na economia.

Manter um estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos.<sup>9</sup>

Entretanto, a grande chance que o neoliberalismo esperava chegou em 1979, com a eleição na Inglaterra, da primeira ministra Margaret Thatcher, seguidora da ideologia econômica de Friedrich Hayek. O governo Thatcher foi o primeiro de um país de capitalismo avançado deliberadamente a colocar em prática todo projeto neoliberal. Em seguida foi a vez dos Estados Unidos, com a eleição de Ronald Reagan. Somando-se a esses, os vários governos de direita que chegaram ao poder por toda Europa, a partir de 1982, foram o impulso que faltava para a implantação da doutrina neoliberal.

É evidente que os triunfos eleitorais de Margaret Thatcher e Ronald Reagan marcaram o apogeu dessa ideologia no começo da década de 80. Ao se converter no ‘dogma’ dominante dos Estados Unidos e do Reino Unido, o neoliberalismo adquiriu uma gravitação no sistema internacional poucas vezes vista na história. De mãos dadas com essa ‘direitização’ do clima ideológico e político do Ocidente veio a ascensão de teorias econômicas neoclássicas, com seus feiticeiros e aprendizes de bruxo dispostos a aplicar, em todos os lugares e em qualquer circunstância, a mesma receita codificada no Consenso de Washington.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (Org.). *Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 54.

<sup>9</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (Org.), 1995. p. 11.

<sup>10</sup> BORÓN, Atílio. *A Sociedade civil depois do dilúvio neoliberal*. Idem, p. 90.

As orientações do chamado Consenso de Washington, formuladas em 1989 por grandes instituições financeiras (FMI, Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos) passaram a ser “receita obrigatória” para as “economias emergentes”. Como uma casta sacerdotal a seguir as decisões de um concílio de sua igreja, as elites locais passaram a aplicar em seus países as “novas normas religiosas”, como um novo decálogo<sup>11</sup>. “As leis do mercado passam a ser vistas como leis que devem ser seguidas a qualquer custo. Leis religiosas. Leis Consagradas. Leis de Deus”.<sup>12</sup> Esse “culto”, que trouxe graves consequências para as populações latino-americanas e para outras partes do mundo, só viria a ser questionado na virada do milênio, quando, em função de nova crise econômica, o mercado pede “socorro” ao Estado. Em função da irresponsabilidade do “capital especulativo”, banqueiros e investidores passam a exigir o dinheiro público para cuidar da “saúde e do nervosismo” do mercado.

## 1.2 O Fim da História

Se por um lado era necessário desqualificar o Estado Keynesiano, por outro, tornou-se ainda mais urgente impedir qualquer possibilidade de irradiação das ideias socialistas ou comunistas. Basta lembrar o macartismo e os longos anos de “caça às bruxas” nos Estados Unidos ou as nefastas consequências da Lei de Segurança Nacional em toda a América Latina, com a proliferação das ditaduras militares. Para os neoliberais, o comunismo era o grande mal, a grande servidão humana a ser combatido. Nessa caça ao monstro do comunismo, a utilização da religião foi fundamental (retomaremos esse ponto no próximo item). A relação que a burguesia europeia estabeleceu entre judeus e socialistas é outro exemplo:

O anti-semitismo, a partir de Nietzsche, configura os judeus como monstro daninho. [...] Esse anti-semitismo é, ao mesmo tempo, anti-socialismo porque identifica o judeu com o socialista. Por isso, na década de 20 o Ocidente burguês

<sup>11</sup> Fundamentadas inicialmente nas propostas do economista John Willianson, do International Institute for Economy, as normas previam entre outras coisas: Os “10 mandamentos” indicialmente formulados foram: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais e desregulamentação (flexibilização das leis econômicas e trabalhistas). Cf. SERRANO, Josep F. Maria. *El "Consenso de Washington": ¿paradigma económico del capitalismo triunfante?* Disponível em <<http://www.fespinal.com/espinal/realitat/pap/pap46.htm>>. Acesso em: 12 maio. 2011.

<sup>12</sup> ROSSI, Luiz Alexandre Solano. *Religião de Mercado e Exclusão Social*. In: Revista *Espaço Acadêmico*, n. 58, mar. 2006. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/058/58esp\\_rossi.htm](http://www.espacoacademico.com.br/058/58esp_rossi.htm)>. Acesso em: 13 de maio de 2012.

considerava o bolchevismo como “bolchevismo judeu”. A projeção do judeu como monstro, era, ao mesmo tempo, parte da projeção do socialismo como monstro, e o extermínio dos judeus era para os nazistas nitidamente o extermínio do socialismo em suas raízes.<sup>13</sup>

Após a queda do chamado “socialismo real”, o capitalismo passou a se apresentar como a única forma de organização política e econômica capaz regular a vida entre as sociedades. É nesse momento que a sua justificação ideológica é reforçada. Mais do que isso, o culto ao deus-mercado tomou forma e corpo, solidificando-se como religião hegemônica em quase todas as “nações, tribos, povos e línguas” (Ap 7,9). No culto ao capital estava a única forma de se encontrar a felicidade e “o paraíso perdido”.

O avassalador processo de privatizações, como que num processo de expiação pelo grande pecado de intervenção do Estado na economia, foi a marca principal dos anos 90, de forma que boa parte da riqueza dos povos, até então concentrada nas mãos do Estado, se transferiu para as mãos de poucas empresas transnacionais. Estas, teoricamente dispensando o papel regulador do Estado, passaram a determinar que só podia comprar e vender quem tivesse a sua marca (Ap 13,17). Os neoliberais fundamentalistas e dogmáticos defendem a crença de que “o capitalismo é a realização do paraíso na terra e, por isso, a história atingiu o seu fim”.<sup>14</sup>

A teoria do Fim da História remonta a Hegel. Para o filósofo, a história atingiria o seu ápice quando a “ideia absoluta” se plenificasse, o que se daria no momento em que o ser humano atingisse o equilíbrio, por meio da ascensão do liberalismo e da igualdade jurídica. Segundo o escritor norte-americano Francis Fukuyama, isto ocorre em 1989, quando, com a queda do Muro de Berlim e a derrocada do chamado socialismo real, o capitalismo, liderado pelo Estados Unidos, torna-se o regime único e absoluto.<sup>15</sup>

Se a história atingiu o seu ápice “os males e as misérias que observamos nos dias de hoje na humanidade, em certos espaços, não são o resultado desse sistema econômico e social, mas da sua ausência”.<sup>16</sup>

Por outro lado, por mais contraditório que pareça, para que a sociedade possa livremente progredir, é necessário que exista um contingente mínimo de pobres, os quais também, apesar de sua situação momentânea, se esforçarão para “vencer na vida”. Diferente

<sup>13</sup> HINKELAMMERT, Franz J. *Sacrifícios humanos e sociedade ocidental: Lúcifer e a besta*. São Paulo: Paulus, 1995. p. 166-167..

<sup>14</sup> CARCANHOLO A., Reinaldo. Introdução. In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.10.

<sup>15</sup> Seu artigo *O fim da história*, publicado em 1989 foi depois transformado em livro: *O fim da história e o último homem*. Conf. ANDERSON, Perry. *O fim da história - de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

<sup>16</sup> CARCANHOLO, 2008, p.10.

dos burgueses calvinistas, que acreditavam ser o enriquecimento e o acúmulo de bens materiais, uma forma de “aumentar a glória de Deus”,<sup>17</sup> os seguidores da doutrina neoliberal professam que a pobreza é uma necessidade do sistema, uma forma de incentivar as pessoas a demonstrarem seu potencial produtivo. A geração da pobreza é sinal de que o sistema está no rumo certo, que as forças do mercado estão se movendo sem interferências e a reestruturação econômica se dá como planejado, sem as amarras do Estado.

### 1.3 Capitalismo e Religião

Se para muitos teóricos o capitalismo faz uso da ideologia religiosa para justificar sua forma de ser e dominar, negando outras possibilidades de organização econômica e social (o comunismo e até mesmo o *Welfare State*, como vimos acima), para outros a relação entre capitalismo e religião é muito mais profunda: o próprio capitalismo é, em si mesmo, um sistema religioso. E

enquanto Nietzsche, pregando a morte dos deuses, tentava abrir espaços para o homem livre - ou o ‘homem potência’ - o capitalismo fundado na ética protestante tomava o mundo e se afirmava a partir do conceito de que o ‘homem rebanho’, movido pelo desejo de agradar um deus impiedoso, geraria o homem piedoso e livre.<sup>18</sup>

Os primeiros a evidenciar o caráter religioso do capitalismo, foram Max Weber e Walter Benjamim.

No livro *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*, Weber demonstra que o verdadeiro impulso ao capitalismo moderno foi o desenvolvimento de um “ethos econômico especial.” Para o teórico, esse “ethos” era responsável por uma rigorosa organização do trabalho e uma busca metódica de lucro, que se formou a partir da “ideia do dever que tem o indivíduo de se interessar pelo aumento de suas posses como um fim em si mesmo”.<sup>19</sup>

Também determinaram a construção do mencionado “ethos,” a noção do trabalho como “vocação numa profissão”,<sup>20</sup> e juntando-se a isso, a disposição de “ganhar dinheiro e

<sup>17</sup> WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 107.

<sup>18</sup> SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org). *Uma Nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos Estados Unidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p.20.

<sup>19</sup> WEBER, 2004, p 45-46.

<sup>20</sup> WEBER, 2004, p. 56.

sempre mais dinheiro, no mais rigoroso resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho”.<sup>21</sup>

Ao analisar as doutrinas protestantes, Weber identificou uma ética voltada para a “vida intramundana” expressa principalmente, nos documentos do sínodo de Westminster (1647) e nos escritos do presbiteriano Richard Baxter. Para Weber, as revisões realizadas por Baxter e os Puritanos especialmente na doutrina da predestinação, o modo de pensar e de viver puritano, fundaram a ética protestante.

Segundo Baxter o mundo existe para servir “a glória de Deus”<sup>22</sup> e o desejo de Deus é que seu reino seja de riqueza e prosperidade. Por isso, para os fiéis, o trabalho sistemático, a riqueza pessoal e o lucro tinham uma significação religiosa, eram a prova de pertença ao grupo dos eleitos.

Max Weber destaca ainda que a crença de que a riqueza somente podia ser usada com a finalidade de construir o Reino de abundância para a glória de Deus fazia com que o crente levasse uma vida modesta, discreta, sem ostentações, sem consumo exagerado, poupando muito e dedicando todo o tempo disponível para o trabalho, sem perda de tempo com descanso. “A perda de tempo é, assim, o primeiro e em princípio o mais grave de todos os pecados”.<sup>23</sup> Pois cada hora que não é gasta no trabalho é uma hora perdida no serviço da maior glória de Deus. Afinal “tempo é dinheiro” e não pode ser desperdiçado.

Assim, a organização sistemática e racional da vida puritana, com origem no ascetismo mundano, formou a “ética protestante” que varreu do cenário o tradicionalismo econômico, e esteve no berço do espírito do capitalismo.

A ascese protestante intramundana agiu com toda a veemência, contra o gozo descontraindo das posses; estrangulou o consumo, especialmente o consumo de luxo. Em compensação, teve o efeito [psicológico] de liberar o enriquecimento dos entraves da ética tradicionalista, rompeu as cadeias que cercavam a ambição de lucro, não só ao legalizá-lo, mas também ao encará-lo ( no sentido descrito) como diretamente querido por Deus. [...] Eis porém algo ainda mais importante: a valorização religiosa do trabalho profissional mundano, sem descanso, continuado, sistemático, como o meio ascético simplesmente supremo e a um só tempo comprovação o mais segura e visível da regeneração de um ser humano e da autenticidade de sua fé, tinha que ser, no fim das contas, a alavanca mais poderosa que se pode imaginar da expressão dessa concepção de vida que aqui temos chamado de ‘espírito’ do capitalismo.<sup>24</sup>

Publicado somente em 1985, por Ralph Tiedemann e Hermann Schweppenhauser, o texto *O Capitalismo como Religião* de Walter Benjamim foi escrito em 1921 e é

---

<sup>21</sup> WEBER, 2004, p. 46.

<sup>22</sup> WEBER, 2004, p. 107.

<sup>23</sup> WEBER, 2004, p. 143.

<sup>24</sup> WEBER, 2004, p 155-157.

claramente inspirado nos escritos de Weber. Segundo Michael Löwy: “São três ou quatro páginas contendo anotações e referências bibliográficas; denso, paradoxal, às vezes hermético, o texto não se deixa decifrar facilmente”.<sup>25</sup> Nessas poucas páginas Benjamin apresenta o capitalismo como religião e analisa o seu caráter cultural.

Começa afirmando que “é preciso ver no capitalismo uma religião. E extrapolando a tese weberiana diz que o capitalismo não é “somente uma formação condicionada pela religião, mas um fenômeno essencialmente religioso”.<sup>26</sup>

Benjamin apresenta três características que formam a estrutura religiosa do sistema capitalista.

A primeira é que “o capitalismo é uma religião puramente cultural, talvez a mais extremamente cultural que já existiu.” Não há “dogma específico nem teologia.” O culto capitalista é expresso nas práticas econômicas, nos rituais das Bolsas de Valores, no funcionamento das empresas e no desempenho do mercado. Nesse culto há a adoração de ídolos como o dinheiro. É quase automática, afirma Benjamin, a “comparação entre as imagens de santos das diferentes religiões e as notas de dinheiro dos diversos países”.<sup>27</sup>

Outra característica é que as práticas desse culto são ininterruptas, controlam toda a vida das pessoas e o tempo inteiro de suas vidas. Neste sentido, o capitalismo extrapola as demais práticas religiosas atuais de boa parte da população, que busca sua igreja ou religião alguns dias na semana ou pinça do conjunto de doutrinas do seu segmento religioso o que lhe interessa. Ou seja, o capitalismo fez das demais religiões um novo mercado, no qual as pessoas adquirem a mercadoria que lhes interessa. Diferentemente,

o capitalismo é a celebração de um culto sem trégua e sem piedade. Não há ‘dias comuns’, nenhum dia que não seja de festa, no sentido terrível da utilização da pompa sagrada, da extrema tensão que habita o adorador.<sup>28</sup>

E por fim, Benjamin apresenta o caráter “culpabilizador” e monstruoso do capitalismo.

O capitalismo é provavelmente o primeiro exemplo de culto que não é expiatório (entsühnenden), mas culpabilizador. Nisso, o sistema religioso é precipitado em um movimento monstruoso. Uma consciência monstruosamente culpada que sabe expiar se apodera do culto, não para nele expiar essa culpa, mas para torná-la universal, para fazê-la entrar à força na consciência e, enfim e sobretudo, para implicar Deus nessa culpa, para que no fim das contas ele mesmo tenha interesse na expiação.<sup>29</sup>

---

<sup>25</sup> LÖWY, Michael. *O capitalismo como religião*, em Folha de S. Paulo. São Paulo, 18 set. 2005.

<sup>26</sup> BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. Apud LÖWY, Michael, 2005.

<sup>27</sup> LÖWY, 2005.

<sup>28</sup> LÖWY, 2005.

<sup>29</sup> LÖWY, 2005.

A reflexão sócio-filosófica desenvolvida pelos pensadores até aqui citados, ganha corpo quando alguns teólogos passam a denunciar o capitalismo como sistema religioso idolátrico. Essa corrente ganhou força na América Latina com o desenvolvimento da Teologia da Libertação. Entre esses teólogos destacam: Franz J. Hinkelammert, Hugo Assman e mais recentemente, Jung Mo Sung. Tais teóricos serão mais utilizados no capítulo 3, quando analisaremos a idolatria do capital à luz do capítulo 13 do Apocalipse.

#### **1.4 “A Mão Invisível” do deus mercado**

Uma das imagens mais impressionantes do capitalismo enquanto religião é a teoria de que existe uma “mão invisível” a nos conduzir, à mesma maneira que repetidamente afirmava o povo judeu: “Eu estenderei a minha mão e ferirei ao Egito com todas as minhas maravilhas que farei no meio dele” (Ex 3,20); “Tu me deste o escudo da tua salvação; a tua salvação, tua mão direita me sustentou” (Sl 17,36). Muitas vezes, na história de Israel, a “mão divina” foi utilizada para justificar religiosamente opressões e massacres: “E sucedeu que, desde que rodearam a cidade, a mão do Senhor veio contra ela (1 Sm 9,5).

Bem sabemos que o sistema capitalista tem como características mais marcantes, a perversidade e a contradição. Mas seu caráter religioso é capaz de esconder essas características. Isso pode ser verificado desde suas bases teóricas, especialmente nas teses desenvolvidas por Adam Smith, considerado o pai do liberalismo econômico.

Em sua tese mais conhecida, a da “mão invisível”, Smith afirma que a ação do mercado capitalista se dá de forma não intencional. O indivíduo não se propõe a promover o interesse público, cada um é movido apenas por interesse no próprio lucro. Entretanto, essa ação em busca do próprio interesse se transforma, pela ação da “mão invisível”, em benefício do bem comum, promovendo o crescimento econômico e o interesse da sociedade.

Mas, se alguém emprega um capital para fomentar a atividade, assim o faz exclusivamente em função do lucro; conseqüentemente, sempre se empenhará no sentido de aplicar esse capital no fomento daquela atividade cujo produto é suscetível de atingir o valor máximo, isto é, daquele produto que possa ser trocado pela quantidade máxima de dinheiro ou de outras mercadorias.(...) Portanto, já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua

produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado **como que por mão invisível** a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo.<sup>30</sup>

Tal como no Êxodo (Ex 3,7-10), em que a divindade desce para agir na vida das pessoas, a “mão invisível” age e gera o bem estar de todos. Isto é, de todos aqueles que recebem “a graça” de participar do mercado. Porque, diferente do Deus do Êxodo, que desce para ajudar os oprimidos, a “mão invisível” forma uma massa de pessoas condenadas à miséria e à morte. Esta é a outra face da mão invisível, como um deus, o mercado decide sobre a vida das pessoas, muitos são sacrificados e eliminados para garantir o equilíbrio macroeconômico.

Toda espécie animal multiplica-se naturalmente em proporção aos meios de que dispõe para sua subsistência, sendo que nenhuma espécie pode multiplicar-se sem esses meios. Mas em uma sociedade civilizada é somente entre as camadas inferiores da população que a escassez de gêneros alimentícios pode estabelecer limites para a posterior multiplicação da espécie humana; ora, só pode fazê-lo destruindo uma grande parte das crianças nascidas de um matrimônio fecundo.<sup>31</sup>

Adam Smith afirma que a relação entre a oferta e a procura da força de trabalho, deve ser regulada pelo mercado mediante a alta dos preços e a queda dos salários. O salário não deve ultrapassar o necessário para a subsistência, assim, se controla o número de operários, o valor da força de trabalho e a disposição destes para o serviço.

Afirma-se que em anos de preços baixos os operários são geralmente mais ociosos, e nos anos de preços altos são mais laboriosos do que comumente. Então tem-se concluído que uma subsistência abundante reduz a produtividade do trabalhador, ao passo que uma subsistência deficiente a aumenta. Não resta dúvida de que uma fartura um pouco maior do que a comum pode tornar preguiçosos certos empregados. [...] Em anos de abundância, muitas vezes, os empregados abandonam seus patrões e procuram sua subsistência no trabalho autônomo.[...] Em anos de escassez, a dificuldade e a incerteza da subsistência fazem toda essa gente voltar ansiosamente ao serviço.[...] O número de candidatos a emprego é maior do que as vagas disponíveis no mercado de mão-de-obra; muitos se dispõem a trabalhar por salários mais baixos do que os normais, sendo que tanto os salários dos empregados como o dos diaristas muitas vezes baixam em anos de preços altos. Eis por que os patrões de todos os tipos muitas vezes fazem melhor os negócios com seus empregados em anos de preços altos do que em anos de preços baixos, encontrando-os mais humildes e dependentes na primeira hipótese do que na segunda.<sup>32</sup>

Contestando veementemente as teorias de Adam Smith, Marx afirma que o mercado não cria equilíbrio, e sim conflitos. Não nega a ação da mão invisível que orienta a

<sup>30</sup> SMITH, Adam. *A Riqueza das nações*, volume 1. São Paulo: Editora Cultural, 1996. p. 437-438, Tradução de Luiz João Baraúna. (grifo nosso).

<sup>31</sup> SMITH, 1996, p.129.

<sup>32</sup> SMITH. 1996, p.132, 133.

prática do mercado, mas denuncia que essa ação beneficia uma minoria, “gera acumulação e a riqueza cada vez maior nas mãos de empresários privados”,<sup>33</sup> enquanto a maioria da população é levada à pauperização, à exclusão e à degradação.

[...] quaisquer que sejam os tipos de salário, alto ou baixo, a condição do trabalhador deve piorar à medida que o capital se acumula; de tal sorte que, acumulação de riqueza por um lado significa acumulação igual de pobreza, de sofrimento, de ignorância, de embrutecimento, de degradação física e moral, e de escravidão por outro, ou seja, do lado da classe que produz o próprio capital.<sup>34</sup>

Entretanto, para além de toda a lucidez da crítica de Marx ao liberalismo econômico, destacamos uma percepção interessante. Ainda sobre o papel da mão invisível do mercado, aqui chamado de comércio, Marx fala de forma irônica (refere-se a Adam Smith como “um economista inglês”):

Como explicar que o comércio, que não é mais do que a troca de produtos entre diferentes indivíduos e nações, domine o mundo inteiro através da relação entre a oferta e a procura - relação que, segundo um economista inglês, paira sobre a terra como a antiga fatalidade e distribui, com **mão invisível**, a felicidade e a infelicidade entre os homens, cria e destrói impérios, faz nascer e desaparecer povos?<sup>35</sup>

Desmascarar o caráter supostamente divino desta “mão invisível” será o objetivo dos capítulos seguintes. Para isso, recorreremos à contribuição da literatura apocalíptica, uma das formas de resistência encontrada pelo judaísmo e pelo cristianismo primitivo para enfrentar a mão visível das tropas romanas e a mão invisível do deus imperador.

---

<sup>33</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Bauru: EDIPRO, 3 ed., 2008. p.196. Tradução e condensação de Gabriel Deville.

<sup>34</sup> MARX, 2008. p 208.

<sup>35</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tomo I. 3 ed. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes. s.d. p. 43.

## **2 A APOCALÍPTICA**

### **2.1 Raízes históricas da apocalíptica em Israel**

Para o senso comum e mesmo para alguns estudiosos, o livro do Apocalipse pode ser legitimador do medo. Consequentemente, a literatura Apocalíptica também legitimaria a dominação dos impérios, uma vez que um dos instrumentos mais utilizados para a submissão dos povos é a disseminação coletiva do medo. Da mesma forma que um trabalhador não enfrenta seus patrões por medo do desemprego, uma sociedade deixa de questionar medidas repressivas de seus governos, mesmo quando essas tolgem sua liberdade, se estiverem convencidas pelo medo de que o terror é uma ameaça real.

O presente capítulo, entretanto, terá como ponto de partida uma linha mais ampla de interpretação: a recuperação dos textos apocalípticos em geral - e em especial dos capítulos 12 e 13 - pode ajudar na reconstrução de um cristianismo profético, que faça oposição ao império (leia-se aqui sistema capitalista) ao invés de submeter-se a ele por medo.

A Apocalíptica é um movimento sócio-literário que nasceu num período de muita opressão, perseguição, exclusão e censura. As raízes dessa cosmovisão que se tornou tão forte entre o povo judeu, influenciando inclusive, muitos movimentos messiânicos como os de João Batista e de Jesus, são muito antigas. Já no período de dominação persa (538-332 a.E.C.), alguns elementos apocalípticos começam a ser incorporados à cultura e à religião judaica. Entre esses elementos, podemos mencionar a crença nos anjos (Deus passa a ser visto como um juiz distante, que precisa de mensageiros), mas principalmente a concepção dualista (mundo dividido entre bem e mal), elemento básico do maniqueísmo persa.

Tendo em vista que a vitória dos persas sobre os babilônios foi recebida com festa por boa parte da população judaica (Ciro, por exemplo, chegou a ser aclamado como Messias, como podemos ler em Is 45,1 ou Is 48,12-15), a política opressora persa penetrou com maior facilidade em alguns setores da sociedade judaica. Fazendo uso de membros da elite judaica, os persas financiaram o processo de reconstrução do país, que ainda sofria as marcas da destruição babilônica. Assim o templo é reconstruído com financiamento persa. Enquanto o Edito de Ciro (Esd 1,2-4) fala de campanhas de arrecadação para a reconstrução, o memorando registrado no capítulo 6 do mesmo livro é explícito: “A despesa correrá por

conta da casa do rei” (Esd 6,4b). Neemias, que empreendeu a reconstrução das muralhas de Jerusalém (Ne 2,1-18; 7,1), a restauração religiosa que incluiu o início da “purificação” da raça judaica (Ne 13,23-31) e uma provável reforma social (Ne 5,1-13), era copeiro do rei persa (Ne 1,11). Uma vez nomeado governador (Ne 5,14), ele próprio passa a controlar a cobrança e o repasse de impostos para o império persa, apesar de afirmar que não onerava o povo, não reclamando para si “o pão do governador” (Ne 5,18). Em Esdras 7,26, o próprio imperador persa é apresentado como fiel seguidor da fé judaica: “Todo aquele que não observar a lei do teu Deus - que é a lei do rei – será castigado rigorosamente”.

Se, por um lado, parte das elites está aliada ao sistema dominador, por outro, a dominação não é mais tão fácil de ser percebida, até porque os centros de poder já não são mais tão visíveis e palpáveis, como acontecia no período da monarquia ou mesmo durante a dominação babilônica. É o início do sistema de dominação imperial com forte legitimação religiosa posteriormente denunciada pelo autor do Apocalipse: “Cheia de admiração, a terra inteira seguiu a Besta e adorou o Dragão” (Ap 13,3). Um inimigo distante, invisível e, ao mesmo tempo tão atraente, precisa de outras “armas de combate”. A profecia reveste-se, então de uma linguagem de caráter mais amplo, simbólico, universal e cósmico: o mundo todo precisa ser atingido e renovado. É o início da apocalíptica.

Entretanto, é no período de dominação grega (333 a 63 a.E.C), marcado por muitos conflitos e um dos maiores da história da Palestina, que a apocalíptica judaica ganha corpo e se consolida. Porém estende-se além dessa época e vai até os primeiros séculos do império romano. O período grego começou com Alexandre Magno em 323 a.E.C. Depois de sua morte, o reino foi fortemente disputado por seus generais. A partir de 301, os Ptolomeus ou Lágidas, reis helenísticos instalados no Egito, submeteram a região de Canaã e controlaram esse território até o ano 200 a.E.C. Em seguida a região passou para o domínio dos Selêucidas, que haviam herdado a parte oriental do império de Alexandre. O domínio selêucida sobre os judeus durou de 200 até a revolta dos macabeus. O ano de 167 a.E.C. demarca o início do levante de Matatias e seus filhos. Mas, de fato, a Palestina passa a viver novas instabilidades até a chegada das tropas romanas em 63 a.E.C.

A Grécia, ao contrário dos outros impérios conhecidos pelo povo judeu, pertencia ao que hoje chamamos de Ocidente. A sociedade grega tinha outra mentalidade e tradições culturais, religiosas e sociais muito diferentes. Os helenistas tinham uma visão mais individualista da vida, enquanto os judeus tinham uma sociedade fundamentada nos princípios da comunidade, constituída pela família patriarcal, o clã e a tribo, tinham leis e normas que orientavam a vida em sociedade e que visavam à felicidade de todos e uma

convivência mais igualitária. Enquanto os judeus constituíam uma sociedade essencialmente agrária, os gregos estabeleceram um estado burocrático altamente centralizado e de forte exploração econômica. Criaram as cidades (pólis) helenistas, que eram a base da unidade cultural, social, econômica e religiosa dessa sociedade. Tais cidades eram colonizadas por soldados macedônios a quem eram distribuídas terras e certa autonomia de governo. Além dos soldados, civis gregos ou helenizados (cidadãos) também ajudavam a controlar o povo nativo e explorar a agricultura. Na sociedade grega, cidadão era a pessoa que vivia na cidade, porém, mantido pela produção de suas terras agrícolas, nas quais se explorava o trabalho escravo. E só o cidadão homem podia possuir terras. A mulher, além de não poder ter título de propriedade, não tinha nenhuma participação nos assuntos públicos. Os membros do povo camponês da região, antes constituído por agricultores livres, são expropriados de suas propriedades e passam a ser diaristas ou escravos nas terras dos cidadãos latifundiários estrangeiros. A esse povo também é negada a participação nos assuntos públicos. Além disso, os jovens judeus passam a ser recrutados para o exército. Fornecer homens para o exército dos dominadores era uma das obrigações impostas aos povos dominados.

Com a administração dos selêucidas (198-142 a.E.C) a opressão sobre a Palestina se agravou e o conflito entre as culturas, helenista e judaica, se acirrou. Foi, sobretudo, no governo de Antíoco Epífanes IV (175-163) que a helenização se intensificou. A cultura grega se impôs com a ajuda das próprias autoridades judaicas. Nesse período, em Jerusalém, o sumo-sacerdote era responsável por arrecadar dinheiro para o Estado, entretanto, tinha pouca autonomia administrativa. A corrupção toma conta e até o cargo de sumo – sacerdote passa a ser objeto de barganha, assume quem oferece maiores vantagens econômicas (2Mc 4,7-20). A insatisfação por parte da população mais fiel às tradições culturais e religiosas do judaísmo aumentou, principalmente depois que Antíoco Epífanes saqueou o Templo de Jerusalém por duas vezes (1Mc 1,16-28; 2Mc 5,15-21). Além de saquear e queimar o Templo, Antíoco edificou ao lado uma cidade fortificada – Acra – onde construiu um ginásio de esportes e um templo consagrado a Júpiter (1Mc 1,29-35). Consagrou o templo de Jerusalém a Zeus Olímpico e o de Garizim a Zeus Hospitaleiro (2Mc 6,1-2). Antíoco proibiu o culto a YHWH, os sacrifícios no Templo, a circuncisão, a observância do sábado e as dietas alimentares. E ainda decretou sentença de morte para quem os praticasse. As tradições e os ritos religiosos do judaísmo passam a ser considerados crimes políticos e subversão contra a soberania selêucida. Muitos judeus, para não renegarem a sua fé e as suas

tradições culturais, migraram para outras terras (1Mc 15,22-23). Outros preferiram morrer a renunciar à própria fé (2Mc 6,18-7,42).

É nesse contexto sócio-político, cultural e religioso de extrema opressão, em que o povo judeu é marginalizado da sociedade, perseguido como desestabilizador do sistema político hegemônico, correndo o risco de perder a própria identidade, que nasce a Apocalíptica. Trata-se de um movimento sócio-político e cultural nascido entre grupos de pessoas excluídas que não aceitam essa dominação opressora e sonham com uma sociedade justa e livre da exploração estrangeira. Um grupo de resistência e de denúncia, em especial, parece ser o berço desse movimento:

A apocalíptica tem seu berço entre os levitas piedosos que estavam preocupados em resgatar as antigas tradições de liberdade e da religião de YHWH, bem como defender a identidade cultural da comunidade judaica.<sup>36</sup>

Em tempos de forte opressão e repressão sempre surgem várias formas de resistência, a armada é uma delas. Muitas pessoas, nessa época pegaram em armas para enfrentar o poder hegemônico opressor. Foi o caso da revolta dos camponeses do interior, conhecida como a revolta dos Macabeus. A revolta dos Macabeus foi um movimento armado liderado pela família do levita Matatias, que se estendeu de 167 a 142 a.E.C (cf. 1 e 2Mc). Outra forma de luta e de denúncia é a resistência ideológica e contracultural vivenciada pelo movimento apocalíptico. A apocalíptica é então um movimento de resistência que quer animar as pessoas, dar esperança e coragem para resistir, lutar contra a dominação tirana e trabalhar na construção de uma nova sociedade, justa e solidária. Para os apocalípticos, essa nova sociedade será possível com a ação humana, mas com a necessária intervenção divina.

A apocalíptica é literatura de protesto e de resistência contra o poder centralizador, opressor e excludente. Nasce de grupos excluídos da sociedade, que têm seus direitos usurpados. Mas que têm um projeto de transformação dessa sociedade de opressão. Nas palavras de Severino Croatto,

Os grupos “apocalípticos” surgem como forma de protesto, e às vezes de resistência, contra um sistema opressor, centralizador do poder, ideologicamente discriminador, religiosamente monopólico, etc., que de fato os marginaliza. Isto os aproxima da condição de pobres e periféricos, pelo menos em primeira instância.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> GASS, Ildo Bonn. *Uma Introdução à Bíblia*. Vol 6 (Período Grego e Vida de Jesus). São Leopoldo: CEBI/Paulus, 2004. p. 60.

<sup>37</sup> CROATTO, J. Severino. *Apocalíptica: e esperança dos oprimidos (contexto sócio político e cultural do gênero apocalíptico)*. In: RIBLA – Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Metodista; São Leopoldo: Sinodal, 1990. n. 7 (Apocalíptica: Esperança dos Pobres), p. 11.

A literatura apocalíptica teve uma forte produção a partir dos dois últimos séculos antes da era cristã e se estendeu até, aproximadamente, 200 anos da nossa era. Isto é, o movimento apocalíptico nasce no período da dominação grega e continua no período do império romano, que também se destacou como um dos mais opressores da história. Durante esse período houve uma grande produção apocalíptica. Deste movimento alguns textos lograram ser integrados no cânon da Bíblia. No Primeiro ou Antigo Testamento encontramos o livro de Daniel e muitas pequenas inserções nos textos dos profetas. No Segundo ou Novo Testamento, além do Apocalipse de João, temos também os textos de *Mt 24 – 25*, *Mc 13*, *Lc 21 e 1Ts*. Vale ressaltar que o movimento de Jesus deve ser entendido como um movimento fortemente marcado por elementos apocalípticos que se dá num contexto eminentemente apocalíptico. O mesmo pode ser dito a respeito do pensamento paulino. Temos ainda, uma rica e extensa literatura apocalíptica apócrifa: os livros: *1 e 2 Henoc*, *os Testamentos dos Doze Patriarcas*, *os Oráculos Sibilinos*, *a Assunção de Moisés*, *o Livro dos Jubileus*, *os Salmos de Salomão*, *Apocalipse de Abraão*, *o Testamento de Abraão*, *a Ascensão de Isaías*, *os Livros de Baruc*, *3 e 4 Esdras*, *o Apocalipse de Pedro*, *de Tomé e de Paulo*.<sup>38</sup>

## 2.2 Características da literatura apocalíptica

Como podemos perceber pelos próprios títulos dos livros apócrifos acima citados, uma característica forte dessa literatura é a atribuição da autoria a pessoas importantes da história. Desta forma, consegue-se escapar da censura e também ressaltar a relevância da revelação, e até mesmo para que seus destinatários ouvissem a mensagem, já que nessa época o povo andava meio descrente, achando que a profecia havia morrido e as revelações de Deus haviam acabado.

Uma das inquietações deste período é a questão da Palavra de Deus. Antes do exílio os profetas traziam a Palavra de Deus, a anunciavam. Mesmo que houvesse divergência entre os profetas oficiais e os profetas camponeses populares, a Palavra podia ser anunciada por qualquer pessoa ou grupo. Era algo aberto e em disputa, e as circunstâncias históricas determinariam quem tinha a verdadeira Palavra de Deus.

---

<sup>38</sup> GASS, 2004, vol. 6, p. 60.

Entretanto, a partir do pós-exílio isso muda. Com apoio dos persas, a elite sacerdotal de Jerusalém estabelece um texto escrito como Palavra de Deus. É a canonização da Torá, o Pentateuco. A comunicação divina agora se dá por meio de um livro escrito e controlado pelos sacerdotes de Jerusalém, ao qual somente eles têm acesso. O povo camponês terá então que recorrer a outras formas de legitimação de suas propostas e compreensão da situação. Seus porta-vozes agora não mais apresentam o “oráculo de YHWH”, como faziam os profetas, e começam a falar em “visões”. Agora dizem: “eu vi”, ou “Deus me mostrou”, e desta forma apresentam como revelação de Deus aquilo que pela sua fé é o julgamento e a vontade de Deus nesta situação. Uma das questões que também precisa ser considerada, principalmente sob o domínio dos selêucidas, é a corrupção das autoridades sacerdotais. Aqueles que deveriam trazer a palavra de Deus estavam na verdade apoiando os dominadores e impondo costumes inaceitáveis para os grupos camponeses que procuravam se manter fiéis às tradições de seu Deus libertador (2Mc 4,7-20; 2Mc 4,23-5,23).

Para animar o povo oprimido e mobilizá-lo para a resistência, faz-se necessária uma nova forma de revelar a realidade e comunicar a ação libertadora de Deus. Então, a apocalíptica utiliza uma linguagem simbólica, figurada, codificada e mítica (cores, números, animais, nuvens etc.). Pois os símbolos falam por si só, são dinâmicos e dispensam uma série de explicações que a linguagem direta teria de usar para iluminar uma realidade. Em contextos de extrema opressão e censura, a linguagem simbólica é bastante eficaz para esconder a mensagem dos que perseguem e revelar a realidade aos perseguidos. Essa linguagem denuncia a perseguição e a exclusão, desmascara os inimigos do povo. Por meio de códigos é possível dizer que o imperador, que quer ser como Deus, na verdade é a grande Besta que persegue e mata as pessoas da comunidade.

Ao mesmo tempo, a linguagem codificada ajuda a reconstruir a consciência e a esperança. A revelação de uma nova promessa, o fim de um mundo injusto, a superação do império, anima as comunidades. É a promessa da vinda do Reino de Deus. “O Apocalipse une escatologia e política, mito e práxis, consciência e transformação histórica.”<sup>39</sup> Dessa forma a apocalíptica resgata a esperança e a fé que animam a luta e a resistência e desestabiliza o poder tirano.

No movimento apocalíptico, a revelação é transmitida por mensageiros que a conhecem por meio de sonhos e visões. E essa a revelação não é universal, não é destinada a

---

<sup>39</sup> RICHARD, Pablo. *Apocalipse: Reconstrução da Esperança*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 21.

toda a humanidade, mas a um determinado grupo de escolhidos para o qual é dirigida, seja na forma de narrativa oral, seja de texto escrito.

Um importante tema na apocalíptica é a periodização da história. Esta é uma maneira de fazer uma avaliação da história, ressaltando os momentos mais expressivos, de mostrar que Deus tem o controle sobre toda a história e que Ele fará a mudança necessária no mundo. Tal mudança é anunciada, muitas vezes, com o uso da expressão “mundo que vem”, é o anúncio da iminente vinda do Reino de Deus, vinda que será precedida por um juízo sobre justos e ímpios. Daí o constante anúncio do “fim do mundo”, na realidade, anúncio, de que toda opressão, perseguição e sofrimento logo acabarão, de que domínio do mal é passageiro.

O mais importante na literatura apocalíptica é o anúncio do que põe fim à situação presente de sofrimento e perseguição. A escatologia não é somente o anúncio do fim, mas também o anúncio do que põe fim a uma situação de crise. O escatológico é o que põe fim ao sofrimento.<sup>40</sup>

Nessa época, a forte disseminação daquilo que é considerado pelos apocalípticos como o mal, e a dificuldade de separar e demarcar as fronteiras do mal, a dificuldade em localizar os maus, é bem diferente do contexto vivido pela profecia anterior ao exílio, que podia ver na corte do rei, no exército, ou na elite sacerdotal das cidades voltadas para a acumulação do tributo e para o comércio, a fonte de todos os seus males. Entretanto, a partir do pós-exílio é difícil ver isso, pois os verdadeiros dominadores estão muito longe geograficamente e a sua imposição atinge toda a face da terra conhecida, parece estar em todo lugar. Muitas pessoas, inclusive muitas lideranças do povo, assumem as propostas e o modo de vida dos dominadores. Por isso, a apocalíptica começa a ver a necessidade de um novo mundo, e isto está além das possibilidades humanas, principalmente do grupo apocalíptico, que é socialmente marginalizado e pequeno. É necessária uma intervenção de Deus, é nesta direção que eles caminham, à procura do fim da opressão.

Nesse período se aprofunda a esperança na vinda de um Messias, o ungido de Deus, que é esperada para breve. Nasce também a crença na ressurreição de toda humanidade, ou pelo menos das pessoas justas.

Uma constante na linguagem apocalíptica é a oposição, o dualismo entre este mundo e o vindouro, luz e trevas, anjos do bem e anjos do mal, Deus e Satanás, tendo como destaque a oposição entre justos e ímpios. Os temas da apocalíptica como do juízo, do reino

---

<sup>3</sup> Richard, Pablo. *O povo de Deus contra o Império – Daniel 7 em seu contexto literário e histórico*. In: RIBLA, 1990. p. 28.

escatológico, da ressurreição, da vinda do Messias e outros estão marcados por esta oposição.

A Apocalíptica caracteriza-se como se fosse uma narrativa entregue a alguém há muito tempo atrás, mas que ficou escondida até o momento em que está sendo revelada. Ao denunciar a dominação, geralmente refere-se a impérios antigos, como o da Babilônia. É como se num tempo passado fosse dado a alguém saber os acontecimentos futuros. Mas esse alguém era instruído a manter essas coisas em segredo (Dn 7,28; 8,26-27; 12, 4.9; Ap 10,4-7). A revelação aconteceria somente ao se aproximar o período final do mundo de sofrimento. Renova-se assim o ânimo dos perseguidos com a perspectiva da proximidade do fim das tribulações (Ap 22,10-15). Por isso, o nome *apocalipse*, que significa algo que foi desvelado, revelado, revelação.

Vale ressaltar que a apocalíptica é um amplo movimento de caráter popular e marginal. Ao mesmo tempo em que questiona o império dominante, questiona também a oficialidade da religião judaica. A revelação não se dá por meio do templo, cujo sacerdócio oficial quer ter o monopólio da palavra de Deus, eliminando a profecia. Os sinais e visões são a nova linguagem profética, muitas vezes, coletiva, cuja interpretação só é possível aos iniciados. Assim, os grupos marginais criam um novo conceito de inclusão: excluídos da oficialidade, são eles os eleitos e, por isso, portadores da revelação e da Palavra. Não sem razão, no novo céu e na nova terra, o templo não se faz necessário (Ap 21, 22). Nas palavras de Pablo Richard: “A teologia apocalíptica é a teologia que se articula ao econômico, ao político, ao social e ao cultural e, por isso mesmo, é uma teologia de pobres e de oprimidos que buscam a libertação”.<sup>41</sup>

Por último, há que se insistir mais uma vez que a apocalíptica é um fenômeno plural, uma mentalidade, um jeito de ser. Não apenas textos explicitamente apocalípticos, como Marcos 13 ou Mateus 24, mas todos os livros do Segundo Testamento (e alguns livros do Primeiro Testamento) devem ser lidos a partir da compreensão apocalíptica. É uma forma privilegiada de resistência dos pobres em tempos de repressão, seja nos tempos bíblicos, seja no nosso tempo.

### **2.3 O livro do Apocalipse como contestação do Império**

---

<sup>41</sup> RICHARD, 1999, p. 57.

Dentro de toda a literatura apocalíptica, o que mais chama a atenção em toda a história é o livro do Apocalipse. Suas especificidades sempre foram causa de debates, desde as interpretações milenaristas, que remontam a Dionísio de Alexandria e a Eusébio de Cesareia,<sup>42</sup> passando pelas acirradas discussões se o livro deveria ou não ser incluído no que veio a ser o Segundo Testamento,<sup>43</sup> até as mais variadas formas de leitura dos tempos medievais, modernos e atuais.

Muito pouco contestada, no entanto, é a relação do livro do Apocalipse com o Império Romano. O livro nasce numa época em que o domínio romano é ainda mais tirano. E enquanto muitos apregoam “quem como César?”, o livro ironiza e retruca: no lugar do “quem como a besta?” (Ap 13,4), sugere, “quem como Deus?”, como se lê por trás do significado do nome “Miguel” (Ap 12). O texto faz oposição frontal ao aparente poder divino dos Césares:

O conflito com o Império Romano é introduzido por uma grande visão do trono de Deus. É uma contra-encenação ao conselho do trono imperial. Quando alguém dirige-se a Deus como ‘nosso Senhor e Deus’ (Ap 4,11), isto contrasta conscientemente com aqueles que se dirigem a Domiciano como *Dominus et Deus*.<sup>44</sup>

Os estudos indicam que ele foi escrito entre os anos 60 e 100 da era cristã. É nesse período que a perseguição às comunidades cristãs se intensifica. Em 64 d.E.C. Nero decreta a primeira grande perseguição, em 70 d.E.C. Jerusalém é destruída. O povo das comunidades vive num contexto de conflito, perseguição e exclusão ainda maior por causa da fé em Cristo, da esperança e do anúncio do seu projeto, o Reino de Deus (Ap 1,9). A exclusão é tão grande que já não podem “comprar nem vender” (Ap 13, 17). Vale ressaltar que essa marginalização não se dá apenas no campo econômico, mas também, no social, cultural, religioso e político. Assim viviam as comunidades que nos deixaram o livro Apocalipse, “com suas raízes fincadas em movimentos radicais itinerantes”. O Apocalipse foi “o primeiro escrito neotestamentário a reconhecer, em todo o seu alcance teológico, o problema da relação da igreja com o Império Romano e sua sociedade”.<sup>45</sup>

<sup>42</sup> CORSINI, Eugênio. *O apocalipse de São João*, São Paulo: Paulinas, 1984. p. 26.

<sup>43</sup> No século III, o influente Orígenes não conseguiu consenso quando catalogou o Apocalipse entre os *homologoumena* (os escritos “incontestáveis na Igreja de Deus debaixo do céu”). Entre outros, o próprio Euzébio de Cesareia mencionava o Ap entre os *antilegomena*. No século IV, o Sínodo de Laodiceia exclui o Ap da lista do NT, na mesma linha de Cirilo de Jerusalém e Gregório Nazianzeno. No final do sec. VII, João Crisóstomo e Teodoreto eram contra o Apocalipse. O Concílio Quinisexto de Constantinopla (692 dEC) organizou uma lista incluindo o Ap e outro o excluindo. E ainda no sec. IX, encontram-se listas que excluem o AP dos livros inspirados. Conf. KÜMMEL, Werner Georg. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 653-658.

<sup>44</sup> THEISSEN, Gerd. *O Novo Testamento*. Vozes, 2007. p. 127-128.

<sup>45</sup> ROLOFF, Jürgen. *A igreja no Novo Testamento*, São Leopoldo: CEBI/Sinodal/EST, 2005. pp. 188-189.

Nesse contexto, o Apocalipse tem o papel fundamental de revelar aos oprimidos quem são seus opressores, quem é a grande Besta que os persegue, qual é a vontade de Deus. E ainda, ajudar a animar a resistência e a luta contra o império, anunciando o fim do mundo de opressão e dor.

“O Apocalipse é profecia em tempo de dominação de impérios. Por um lado, denuncia sua violência, sua exploração e o uso que fazem da religião para se apresentar como sagrados, exigindo culto ao imperador. Revela a consciência de que não há como conciliar o projeto de Deus com o do Dragão. Portanto, o Livro do Apocalipse quer manter a perseverança na fé em Jesus e na resistência diante da imposição da ideologia idolátrica romana, que pretende cooptar as comunidades”.<sup>46</sup>

Até aqui relatamos o que é a Literatura Apocalíptica no Antigo e no Novo Testamento, especialmente no Apocalipse de João. Comungamos com as correntes de interpretação que asseguram que apocalipsismo “não era simplesmente só a busca urgente de uma revelação, mas também uma convicção consoladora e muitas vezes fortalecedora de que a libertação divina, até a realização da história estava prestes a acontecer”.<sup>47</sup> Acreditamos também que tais textos, especialmente os presentes no livro do Apocalipse, são luz para os dias de hoje.

Por isso intentamos interpretar o momento atual do neoliberalismo à luz do Apocalipse. E como o capítulo 13 apresenta o esforço das comunidades em enfrentar um poder muitas vezes distante e intocável, “mão invisível”, merece um esforço especial de interpretação. Essa é a tarefa a que nos propomos no terceiro capítulo.

---

<sup>46</sup> GASS, Ildo Bonn. *Uma Introdução à Bíblia*. Vol 8 (As comunidades da terceira geração). São Leopoldo: CEBI; São Paulo: Paulus, 2004. p.101.

<sup>47</sup> HORSLEY, Richard A. e HANSON, John S. *Bandidos, profetas e messias: Movimentos populares no tempo de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1995. p. 33.

### 3 É BESTA, NÃO É INVENCÍVEL: OUTRO MUNDO É POSSÍVEL

O neoliberalismo invadiu o mundo. Arrogando-se poderes divinos, prometeu prosperidade e felicidade para toda a humanidade. Conquistou uma legião de devotos que acreditaram e propagaram que fora do mundo neoliberal não há salvação. Não obstante, vivemos numa sociedade marcada por disputas econômicas, pela competitividade, pelo consumo exacerbado e pelo individualismo. Um mundo cada vez mais violento, excludente e desigual.

Em nome da harmonia e da liberdade das leis do mercado, milhões de vida são sacrificadas. É o neoliberalismo, que, como deus, determina que esses sacrifícios são necessários para que se garanta o progresso e o desenvolvimento econômico.

Uma sociedade livre requer certas normas morais que, em última instância, se reduz a manutenção de vidas: não à manutenção de todas as vidas, porque poderia ser preciso sacrificar vidas individuais para preservar um número maior de outras vidas. Portanto, as únicas regras morais são as que levam ao “cálculo de vidas”: a propriedade e o contrato.<sup>48</sup>

Também as primeiras comunidades cristãs viviam num ambiente de muita opressão e escravidão, perseguição, exclusão e morte. A situação era dramática. Em função da sensação de impotência, o povo das comunidades não via possibilidade de desvelar a verdade da história. Angustiado, João chora: “*não há ninguém digno de abrir o livro e de lê-lo*” (Ap 5,4).

O poder do Império Romano é cada vez mais forte e aparentemente indestrutível. São usados todos os meios para criar no povo sentimento de conformismo, submissão e desesperança na possibilidade de construção de um sistema diferente. Neste sentido, evidencia-se a correlação com os dias de hoje: o sistema neoliberal consegue atingir o âmago da esperança, tirando do povo e dos movimentos sociais o poder de organização, contestação e formulação de novas utopias. Como já se disse no capítulo 1, seria como se a história tivesse de fato atingido o seu fim, não haveria outra forma de organização sobre o planeta terra a não ser o sistema capitalista, apesar das milhões de vítimas que se imolam a cada ano.

É nesse momento que entra o poder da resistência apocalíptica: essa forma de pensar e escrever tem a capacidade de revelar a realidade escondida, falseada pela ideologia

---

<sup>48</sup> HAYEK, Friedrich. Entrevista concedida ao Jornal *El mercúrio*. 19/04/81. Apud: HINKERLAMMERT, Franz, J. *Sacrifícios humanos e sociedade ocidental: Lúcifer e a besta*. São Paulo: Paulus, 1995. p.33.

do poder hegemônico. Mostra quem são, em última instância, os verdadeiros perseguidores das comunidades e anuncia que seu poder não é invencível. O capítulo 13, em especial, além de desmascarar o império, cria nas comunidades a consciência de que é possível derrotá-lo. Da mesma forma que o dragão já foi derrotado no céu (Ap 12), também a grande Besta, aquela que recebeu o poder do dragão, será derrotada na terra.

É necessário criar no povo sofrido, desacreditado e sem esperança uma nova consciência, reconstruir sua consciência do povo oprimido, para que possa recuperar a capacidade de sonhar com uma nova sociedade, criar novas utopias que animem a resistência diante das situações de opressão. É fundamental para isso uma análise profunda e crítica da realidade, capaz de fornecer elementos para a resistência e para desmascarar a propaganda do império.

Passaremos agora a observar o capítulo 13 do livro do Apocalipse, iniciando por apresentar sua localização dentro do todo da obra. Na sequência, apresentaremos chaves de interpretação, sempre com a finalidade de relacionar o texto com a leitura que até aqui se apresentou acerca do sistema neoliberal. Por último, apresentaremos algumas propostas de como também reconstruir a esperança em nossos dias.

### **3.1 O contexto literário de Apocalipse 13**

Olhemos inicialmente a estrutura do livro do Apocalipse para localizarmos melhor o capítulo 13 no todo da obra. Consideramos necessário esse passo por duas razões: por um lado, é importante observar onde se localiza o texto em questão e quais são suas principais conexões com o todo do livro; por outro lado, a proposta interpretativa a ser adotada também depende da forma com que se entende a estruturação da obra no seu conjunto.

Há relativa aceitação de que o atual livro do Apocalipse se compõe de três pequenos livros (1,9-3,22; 4,1-11,19; 12,1-22,15), possivelmente escritos até em épocas diferentes e organizados por volta do final do primeiro século ou início do segundo. A redação final teria incluído a introdução (1,1-8) e os versos finais (22,16-21).<sup>49</sup> O segundo livro, por sua vez, estaria dividido em duas partes, se considerado o esquema dos setenários:

---

<sup>49</sup> Ver, por exemplo, as estruturas proposta por Carlos Mesters e Francisco Orofino em Apocalipse de João: Esperança, Coragem e Alegria. Pablo Richard em Apocalipse: Reconstrução da Esperança. E ainda, McDOWELL, E. A. *A soberania de Deus na história: a mensagem e significado de Apocalipse*.

“O Apocalipse aparece assim constituído pelo desenvolvimento de quatro setenários: cartas (1,9-3,22), selos (4,1-81), trombetas (8,2-11,19), taças (12,1-22,5), precedidos por um prólogo (1,1-8) e seguidos por um epílogo (22,6-61)”.<sup>50</sup>

Esta estrutura básica, entretanto, é objeto de diferentes formas de divisão a depender da chave de leitura seguida ou mesmo das tentativas de resposta a questões relativas ao texto, à redação e à unidade interna do livro. Neste sentido, é importante observar algumas possibilidades de estruturação, como apresentaremos abaixo, mas levando em conta o que diz Corsini, que nos lembra de que é importante estudar o texto partindo da “constatação de que este se apresenta de um modo determinado, e que, portanto, deve ser examinado e interrogado tal como é, buscando em primeiro lugar descobrir se ele tem uma lógica interna, linhas de desenvolvimento coordenadas e orgânicas que o governam”.<sup>51</sup> Vejamos, então, outras propostas de estrutura do livro do Apocalipse.<sup>52</sup>

#### a) Estrutura Dramática em Atos Cênicos

A proposta é sugerida por McDowell,<sup>53</sup> para quem o Apocalipse forma um drama estruturado em atos cênicos. Para ele, o livro é constituído por uma série de quadros formadores de cenas:

##### INTRODUÇÃO, 1-3

I – Credenciais e do autor e propósito, 1

II – Cartas às sete igrejas, 2-3

PRIMEIRO ATO – Deus proclama sua soberania sobre o mundo, 4-11

1ª cena: a visão da Corte Celestial, 4-5

2ª cena: os seis selos: o drama do sofrimento humano, 6

3ª cena: prelúdio na ruptura do sétimo selo, 7

4ª cena: o sétimo selo (as trombetas – a tragédia da humanidade impenitente), 8-9

5ª cena: o profeta e o livro, 10

6ª cena: medição do Templo, os dois profetas e o grande terremoto, 11.1-14

7ª cena: a sétima trombeta: proclamação da soberania de Deus sobre o mundo, 11-15-19

SEGUNDO ATO – O conflito entre soberanias e a vitória de Deus, 12.1-22.5

1ª cena: o nascimento do Messias e Satã, 12

2ª cena: Satã luta contra Cristo por meio das duas bestas, 13

3ª cena: sete certezas sobre o grande conflito entre Cristo e Satã, 14

4ª cena: visão dos setes anjos com as taças da ira de Deus, 15-16

5ª cena: o julgamento de Babilônia, 17.1-19.5

6ª cena: a vitória de Cristo sobre Satã e as bestas, 19.6-20.10

<sup>50</sup> CORSINI, 1984, p. 67.

<sup>51</sup> CORSINI, 1984, p. 23.

<sup>52</sup> Um estudo sobre as diversas formas de se enxergar a estrutura do Apocalipse é realizado por MIRANDA, Valtair A. *A Estrutura do Apocalipse de João*. Além das propostas de McDowell e de Elizbeth Schüssler Fiozrenza, o autor também recolhe as propostas de estruturação do Apocalipse como *mito de combate* (Adela Yarbro Collins) e a partir da frase chave “arrebataado em espírito” (José Adriano Filho). Disponível em: <[http://www.revistatheos.com.br/Artigos%20Anteriores/Artigo\\_02\\_01.pdf](http://www.revistatheos.com.br/Artigos%20Anteriores/Artigo_02_01.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2011.

<sup>53</sup> McDOWELL, E. A. *A soberania de Deus na história: a mensagem e significado de Apocalipse*. Rio de janeiro: JUERP, 1980. Apud MIRANDA, *A Estrutura do Apocalipse de João*.

7ª cena: O juízo, o novo céu, a nova terra e a nova Jerusalém, 20.11-22.5  
EPÍLOGO, a conclusão do livro, 22.6-21

Esta estrutura é bastante semelhante à seguida por Carlos Mesters e Francisco Orofino.<sup>54</sup> Há, entretanto, uma significativa diferença de enfoque: Mesters e Orofino acentuam o caráter litúrgico-celebrativo do livro, bem como a resistência das comunidades que estão por detrás da obra.

## b) Estrutura Retórica Quiástica

Em sua obra *Apocalipse: visão de um mundo justo*, a teóloga Elisabeth Schüssler Fiorenza propõe que o melhor jeito de se entender o livro é interpretá-lo como uma sinfonia, que só produz efeito se ouvida por inteiro. Por isso ela não recomenda o estudo em partes, mas sempre tendo presente o conjunto da obra. Nesse conjunto, “as interrelações, repetições, e reelaborações de imagens e símbolos geram uma configuração que precisa ser entendida como um artifício retórico.”<sup>55</sup> Tal artifício se constitui em arte e força de persuasão das pessoas leitoras para uma tomada de posição frente ao contexto social em que viviam no intuito de estimular a resistência e a esperança. Eis a estrutura proposta por Fiorenza:

### **A 1.1-8: Prólogo e saudação epistolar**

- 1.1-3: Título
- 1.4-6: Saudação
- 1.7-8: Destino

### **B 1.9-3.22: Situação retórica das cidades da Ásia Menor**

- 1.9-10: Autor e situação
- 1.11-20: Visão profética inaugural
- 2.1-3.22: Mensagens proféticas às sete igrejas

### **C 4.1-9.21; 11.15-19: Abertura do livro selado – Pragas do Êxodo**

- 4.1-5.14: Corte celestial e livro selado
- 6.1-8.1: Pragas cósmicas: sete selos
- 8.2-9.21; 11.15-19: Pragas cósmicas – sete trombetas

### **D 10.1-15.4: O livro acre-doce: Guerra contra a comunidade**

- 10.1-11.14: Vocação profética
- 12.1-14.5: Interpretação profética
- 14.6-15.4: Libertação escatológica

### **C’ 15.5-19.10: Êxodo da opressão de Babilônia/Roma**

- 15.5-16.21: Pragas cósmicas: sete taças
- 17.1-18: Roma e seu poder
- 18.1-19.10: Juízo sobre Roma

### **B’ 19.11-22.9: Libertação do mal e cidade de Deus**

- 19.11-20.15: Libertação dos poderes do mal
- 21.1-8: O mundo libertado de Deus
- 21.9-22.9: A grande cidade diferente de Deus

### **A’ 22.10-21: Epílogo e marco epistolar**

<sup>54</sup> MESTERS, Carlos e OROFINO, Francisco. *Apocalipse de João: Esperança, Coragem e Alegria*. 1ª Parte. São Leopoldo: CEBI, 1997.

<sup>55</sup> MIRANDA, A *Estrutura do Apocalipse de João*. Disponível em: <[http://www.revistatheos.com.br/Artigos%20Anteriores/Artigo\\_02\\_01.pdf](http://www.revistatheos.com.br/Artigos%20Anteriores/Artigo_02_01.pdf)>. Acessado em: 14 maio 2011.

22.10-17: Ditos revelatórios  
 22.18-21: Conclusão epistolar

### c) A proposta de Pablo Richard

No livro *Apocalipse: reconstrução da Esperança*,<sup>56</sup> tal como Fiorenza, Pablo Richard sugere que o livro está dividido em sete blocos, cada um deles divididos em sete partes:

- 1,1-8 e 22,6-21: O princípio e o fim do livro do Apocalipse
- 1,9-3,22: Visão apocalíptica da Igreja
- 4,1-8,1: Visão profética da história
- 8,2-11,19; 15,5-16,21: As sete trombetas e as sete taças
- **12,1-15,4: Centro do Apocalipse – centro da História: a comunidade cristã frente às bestas**
- 17,1-19,10: Visão profética da história
- 19,11-22,5: Visão apocalíptica do futuro

No entender do autor, o bloco de 15,5-16,21 (sete trombetas) constitui-se como paralelo de 8,2-11,19 (sete taças). “Há um paralelo profundo entre as duas sessões, cujo tema central é uma releitura do Êxodo, vivido não já no Egito, mas agora não no coração do Império Romano.<sup>57</sup> Estas sessões serviriam de marco para o centro do Apocalipse,<sup>58</sup> de onde retiramos nosso texto de estudo:

- A) 4,1-8,1: Visão profética da história
- B) 8,2-11,19; As sete trombetas
- 12,1-15,4: Centro do Apocalipse**
- B’) 15,5-16,21:: As sete taças
- A’) 17,1-19,10: Visão profética da história

Como já dissemos anteriormente, tanto pela proposta de Elizabeth Fiorenza, como pela de Pablo Richard, o capítulo 13 localiza-se no centro do livro, o que demonstra sua importância. No que Fiorenza chama de “livro acre-doce”, estão contidas a batalha no céu, onde o Dragão é vencido (Ap 12), e a disputa entre os seguidores do Dragão e os “descendentes da Mulher” (Ap 13). A conexão entre os dois capítulos é feita pelo v. 18. O capítulo 13, por sua vez, divide-se em duas partes: 1-10 (a Besta que sai do mar) e 11-18 (a Besta que sai da terra).

## 3.2 Comentários ao texto de Apocalipse 13

<sup>56</sup> RICHARD, 1999, p.16.

<sup>57</sup> RICHARD, 1999, p. 135.

<sup>58</sup> RICHARD, 1999, p. 136.

Esse capítulo nos apresenta uma análise profunda e crítica do poder do Império Romano. Está intimamente ligado ao capítulo 12 e deve ser lido como continuidade deste. O capítulo 12 mostra uma mulher frágil, em dores de parto, sendo perseguida por uma figura monstruosa, o dragão. Logo em seguida, em socorro da mulher aparece *Miguel e seus anjos, que trava uma batalha contra o Dragão e seus anjos* (12,17), sendo estes derrotados. O detalhe é que tudo isso acontece no céu, de onde o dragão, a antiga serpente, satanás, é expulso. Depois de assistir a toda essa batalha no céu, o autor do Apocalipse volta para a terra, e passa a descrever qual é a situação das comunidades, a realidade que elas enfrentam.

O dragão se coloca na praia, como que querendo dominar o mar (que já é sua morada) e também a terra (12,18).<sup>59</sup> Vale ressaltar que o mar é a expressão do caos, de onde vem o mal, principalmente os romanos. Esse dado se confirma se lemos o capítulo 21, onde se descreve a Nova Jerusalém: “Vi, então, um novo céu e uma nova terra – pois o primeiro céu e a primeira terra se foram **e o mar já não existe**” (grifo nosso). No mundo novo não haverá espaço para o mar, ou seja, para a maldade.

A Besta que surge do mar é um ser muito poderoso e seu poder é devorador. Esta Besta *tinha dez chifres, sete cabeças e sobre os chifres tem dez diademas e sobre as cabeças um nome blasfemo* (13,1). Segundo Pablo Richard,

os chifres, as cabeças, os diademas e os nomes blasfemos expressam simbolicamente a complexidade do aparato de dominação romana (poder econômico, político, ideológico, religioso). Em 17,9ss, explica-se que as 7 cabeças são sete colinas e sete imperadores, e em 17,12, que os 10 chifres são dez reis.<sup>60</sup>

Além disso, a Besta ainda tem aparência de pantera, pés de urso e boca com mandíbula de leão, o que evoca Daniel 7,3-7, narrativa das feras que também saíram do mar e oprimiram o povo. A diferença é que em Daniel cada animal representa um império opressor (babilônico, medo, persa e helenista) e no Apocalipse, como já dissemos, a Besta é o Império Romano.

Todo o poder e a autoridade que a Besta tem foram-lhe dados pelo dragão (13.2), a encarnação do mal, mas que já foi derrotado no céu.

“Uma de suas cabeças parecia mortalmente ferida, mas foi curada” (v.3). Apesar das crises, mortes dos imperadores, disputas de poder, o sistema de dominação romano é bastante forte e organizado, se recupera rapidamente. É evidente que a Besta se apresenta como imitação de Jesus, o Cordeiro, que tinha ferida de morte, mas estava vivo, de pé (Ap

<sup>59</sup> Alguns manuscritos mantêm o verbo em primeira pessoa: “coloquei-me depois sobre a praia do mar”. Neste caso, João é que da praia, à beira mar vê emergir a primeira besta.

<sup>60</sup> RICHARD, 1999, p.185.

5,6). E a Besta, como Deus, também é admirada e adorada pela terra inteira. Seus seguidores e adoradores acreditam que a Besta é um ser supremo, com poder absoluto e que ninguém pode derrotá-la. Por isso expressam: *Quem é comparável à Besta e quem pode lutar contra ela?* (v.4) Quem poderia lutar contra o Império Romano?

No texto do Apocalipse está claro que o poder hegemônico é capaz de transformar a vítima, os perseguidos, no grande monstro, no mal. Isso se processa por meio do discurso blasfemo e idólatra, da propaganda imperial e de todo o seu aparato ideológico religioso, que propaga que qualquer afronta ao imperador ou ao Império é afronta ao próprio Deus.

v. 6: *“Ela abriu então a boca em blasfêmias contra Deus, blasfemando contra seu nome, sua tenda e os que habitam no céu.”* Além de difamar, blasfemar contra o povo das comunidades, à Besta foi-lhe permitido *“guerrear contra os santos e vencê-los”* (v.7). O poder e a força do Império se mostram também e principalmente mediante sua estrutura militar, que prega a “Pax Romana”, conseguida à custa de muita violência, muita repressão. O domínio do Império é muito grande, faz-se presente sobre toda a terra, é um poder que se pretende universal: *“foi-lhe dada a autoridade sobre toda tribo, povo, língua e nação”* (v. 7). Entretanto, todo esse poder não vem da própria Besta, é limitado, não dura para sempre, *“dura quarenta e dois meses”*. (v.5). Tal como os mil, duzentos e sessenta dias, tempo em que a mulher foi alimentada no deserto (Ap 12,6), quarenta e dois meses são três anos e meio, metade de sete.<sup>61</sup> É tempo que passa.

Nos versos 9 e 10 temos uma exortação à perseverança, segundo Pablo Richard, *“um chamado à resistência e à fé, para enfrentar a perseguição e o martírio”*.<sup>62</sup> Orofino e Mesters dizem que a frase pode ter vários significados: *“qualquer que seja a interpretação, a frase é para animar as Comunidades e não para provocar o medo”*.<sup>63</sup>

Em seguida, se apresenta a segunda Besta, que sai da terra: *“tinha dois chifres como um Cordeiro, mas falava como um dragão”* (v.11). É o falso profeta, que aparecerá também em: 16,13; 19,20; 20,10. Esta Besta está a serviço da primeira e sua ação é no meio do povo, tem como missão seduzir e fazer com que as pessoas adorem a primeira Besta. O objetivo do Império é controlar até a consciência do povo. Para isso, usa as estruturas administrativas e religiosas que elaboram e colocam em prática os modelos de educação, de

<sup>61</sup> Em Daniel 12,7 diante da pergunta “Até quando?” (cf também Ap 6,10 já se lia: “Será por um tempo, tempos e metade de um tempo”. A citação volta a ser copiada em Ap 12,14, sempre fazendo menção a 3,5, metade de sete: o sofrimento não é eterno.

<sup>62</sup> RICHARD, 1999, p. 189.

<sup>63</sup> MESTERS, Carlos e OROFINO, Francisco. Apocalipse de João: Esperança, Coragem e Alegria. 3ª Parte. São Leopoldo, CEBI, 1997, p. 21.

culto e a propaganda para atrair e convencer todos os habitantes da terra de que o modelo de vida imposto pelo Império é o único modelo possível e bom para todo mundo. Para seduzir, a Besta se mostra poderosa, “*opera grandes maravilhas: até mesmo a de fazer descer fogo do céu sobre a terra*”. Assim, manipula as pessoas para que divinizem o Império e seus imperadores. Nos versículos 14 e 15 temos a referência à “imagem da besta”. Sobre isso, Pablo Richard diz:

[...] possivelmente, trata-se da imagem das moedas que circulavam no Império Romano, onde se apresenta aos imperadores com traços divinos. Também pode referir-se às estátuas dos imperadores que eram erigidas nos mercados, nos templos e nos colégios (associações profissionais). A palavra grega *eikon* significa imagem ou estátua.<sup>64</sup>

Os versículos 16 e 17 revelam que toda essa estrutura político-ideológica é também econômica, leva o povo, quem não adere ao império, à total exclusão. A Besta “*faz com que todos, pequenos ou grandes, ricos e pobres, livres e escravos, recebam uma marca na mão direita ou na frente, para que ninguém possa comprar ou vender se não tiver a marca, o nome da Besta ou o número do seu nome.*”

Se no versículo 10 temos uma exortação à perseverança, aqui, no verso 18, João pede discernimento, inteligência para calcular e conhecer o número da Besta e descobrir que na verdade trata-se de um homem que é conhecido por todos. “*Aqui é preciso discernimento! Quem é inteligente calcule o número da Besta, pois é um número de homem: seu número é 666!*” O número revela “uma pessoa humana, no caso, o imperador de Roma, adorado e venerado no mundo inteiro como um deus, na realidade não passava de um animal que desumanizava a vida do povo!”<sup>65</sup>

### 3.2.1 Uma luta de divindades

Uma questão central no capítulo 13 é a adoração e a divinização do Império, da Besta. O mais importante é mostrar, revelar ao povo que o Império e o imperador não é deus e nem mesmo filho de Deus. É o que veremos mais detalhadamente a seguir. Provar que o sistema imperial não é divino pode nos ajudar a desmistificar o caráter também divino da religião capitalista.

<sup>64</sup> RICHARD, 1999, p. 191.

<sup>65</sup> MESTERS e OROFINO, 1997, 3ª parte, p.27.

Como afirmamos anteriormente no capítulo 2, a Apocalíptica começa a se desenvolver em Israel na época da dominação persa. É sabido que, por mais que um povo dominado apresente resistência ao dominador, acaba sempre por assimilar elementos culturais impostos ou intercambiados. A crença na ressurreição dos mortos e a crença na existência de anjos e do demônio como força autônoma, por exemplo, entra em Israel por esse caminho.<sup>66</sup> Outra forte influência da religião persa é o dualismo: o mundo vive a polaridade de duas forças: o bem e o mal. No maniqueísmo persa, entretanto, ambas as forças são de caráter divino, visão que se choca com o monoteísmo já consolidado (ou imposto) em Israel.

A mentalidade apocalíptica assimilará o dualismo persa, mas com uma diferença: o judaísmo buscará o tempo todo provar que o mal não é divino e, por isso, pode ser vencido. Tal concepção ajudará as comunidades a enfrentar um importante desafio: a convicção divulgada de que o imperador é um deus a ser cultuado.

Não por menos, o capítulo 4 do livro do Apocalipse se inicia com uma porta aberta no céu, a partir da qual o vidente pode observar se há luta de deuses ou pelo menos se há possibilidades de que o mal seja vencido. Depois do primeiro impacto, a revelação: no trono, o cordeiro que havia sido imolado, mas agora vivo, com toda a força e poder (Ap 5,6). Quanto àquele que havia imolado o cordeiro (leia-se Império Romano), o trono não lhe pertence.

“Mostre-me como tudo que é feito no mundo que está aqui divulgado”, pede Isaías ao anjo que o acompanha em sua visita aos céus (Ascensão de Isaías IX, 20).<sup>67</sup> É também um elemento da cosmovisão apocalíptica, possivelmente por influência platônica,<sup>68</sup> compreender a terra como um reflexo das coisas que acontecem no céu. Ora, se o que se passa na terra é reflexo do que se passa ou se passou no céu, as comunidades podem então se assegurar de duas coisas: primeiro, se o mal não ocupa o trono celeste, também será derrubado do trono terrestre; segundo, se não há no céu uma divindade do mal, uma vez que

---

<sup>66</sup> Cf. VIEIRA, Beatriz de Moraes. *Sutileza e memória: um olhar sobre a literatura persa clássica*. Universidade Candido Mendes – UCAM. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/beatriz.vieira.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2011.

<sup>67</sup> A *Ascensão de Isaías* é um dos muitos livros apocalípticos escritos. A grande maioria acabou não sendo incorporada ao cânon bíblico, mas oferece elementos que nos ajudam a entender a essa forma de pensar. O presente texto está disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/25155411/A-Ascensao-de-Isaias>>. Acesso em: 14 maio 2011.

<sup>68</sup> O pensamento platônico permitirá a transposição da teoria dos dois mundos (mundo das ideias e mundo das sombras) para a concepção apocalíptica: este nosso mundo seria o reflexo do que acontece do que Platão havia chamado de Demiurgo. O Mito da Caverna, presente no livro VII, denuncia que o ser humano nem sempre é capaz de enxergar o que pode ser “desvelado”. Cf. PLATÃO. *A república*. Livro VII. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 210-238.

apenas o Cordeiro imolado é “digno de receber o poder, a riqueza, a sabedoria, a força, a honra, a glória e o louvor” (Ap 5,12), uma Boa Nova se revela aqui na terra: o imperador romano não é digno de nenhum desses atributos ou dessas dádivas.

Evidentemente, destronar o imperador de seu lugar divino não era de um processo fácil, tão forte era a imposição do culto e a ideologia de divinização do imperador. Por todas as partes do império, divulgava-se seu caráter divino e se impunha seu culto. Data do ano 14-15 d.EC (início do reinado de Tibério Augusto), por exemplo, a seguinte instrução sobre culto imperial: “Que o magistrado coloque a primeira base da imagem do deus Augusto, pai de César; [...] coloque um braseiro com incenso e [...] queimem juntos o incenso pela salvação dos príncipes”.<sup>69</sup>

Vale recuperar aqui o texto do decreto imperial que ordenou a mudança do calendário e foi colocado nas estelas de mármore dos templos da Ásia dedicados a Roma e a Augusto, seu primeiro imperador. A inscrição foi encontrada na cidade de Priene, na atual Turquia e data do ano 9 a.C:

Posto que a Providência... há ornado nossa época com a presença de um deus supremo, Augusto, ...e sua benevolência nos concedeu a quantos estão por vir, (um Salvador) que fez cessar a guerra e vai impor uma ordem sobre todas as coisas, tenha-se em conta que o nascimento de nosso Deus marcou o começo da Boa Nova para todo o mundo por sua causa (tradução nossa).<sup>70</sup>

Hoje, qualquer pessoa, numa leitura desatenta desse texto, substituiria o nome de Otávio por Jesus Cristo. Ao final do primeiro século, entretanto, havia uma diferença significativa: o Império Romano tinha toda a estrutura necessária, desde os meios de comunicação da época até o aparato militar para impor o culto de seu deus. As comunidades cristãs, além de pobres e pequenas, enfrentavam a vida de periferia, a perseguição e a clandestinidade. É neste contexto que deveriam divulgar que seu Deus era verdadeiro e que a divindade do império era uma farsa. Como bem afirma John Dominic Crossan,

<sup>69</sup> Apud FERNÁNDEZ, Pedro Barrado. *Pablo de Tarso: la persona y la época*, p. 3. Disponível em <[http://www.marianistas.org/conferencias/material/pedro\\_barrado\\_20-x-08.pdf](http://www.marianistas.org/conferencias/material/pedro_barrado_20-x-08.pdf)>. Acesso em: 9 maio 2011. “*Que el magistrado ponga en la primera base la imagen del dios Augusto, padre del César; [...] que ponga además una mesa en medio del teatro y un brasero con incienso, y [...] quemem juntos incienso por la salvación de los príncipes*”.

<sup>70</sup> Apud FERNÁNDEZ, Pedro Barrado. *Pablo de Tarso: la persona y la época*, p. 3. Disponível em: <[http://www.marianistas.org/conferencias/material/pedro\\_barrado\\_20-x-08.pdf](http://www.marianistas.org/conferencias/material/pedro_barrado_20-x-08.pdf)>. Acesso em: 9 maio 2011. “*Puesto que la Providencia ha ornado nuestra edad con la presencia del dios supremo Augusto, y en su liberalidad nos ha concedido a nosotros y a cuantos están por venir, [un Salvador] que ha hecho cesar la guerra y va a imponer un orden [pacífico] sobre todas las cosas, habida cuenta de que el nacimiento de nuestro dios ha marcado el comienzo de la Buenas Nueva [evangelia] para todo el mundo por causa suya. O decreto continua: En consecuencia, los griegos de Asia han decretado que el año nuevo comience en todas las ciudades el 23 de septiembre, y el primer mes sea reverenciado como mes de César, comenzando el 23 de septiembre, día del nacimiento de Augusto, y que la carta del procónsul y el decreto de Asia se deben inscribir en un pilar de mármol blanco que se ha de colocar en el recinto sagrado de Roma y Augusto*”.

no curso de um só século, em dois extremos desse mar cruel e formoso, o Mediterrâneo, houve dois homens a quem se chamou *filho de deus* na vida e simplesmente *deus* uma vez mortos. Um deles, Octávio, ocupava o cume da aristocracia romana, enquanto o outro, Jesus, pertencia ao estrato mais baixo do campesinato judeu. (tradução nossa)<sup>71</sup>

Diante disso tudo, as comunidades do Apocalipse buscam uma forma sutil e ao mesmo tempo impactante de demonstrar que o imperador não é deus e que seu poder pode ser vencido. Fazem isso por meio de um jogo de perguntas: “Quem é como Deus”? X “Quem é como a besta”?

No capítulo 12, a batalha para a expulsão do dragão das esferas celestes é liderada por Miguel. Seu nome significa: *Quem como Deus?* (*Mich = Quem é? + El = Deus*). Trata-se de uma pergunta retórica: a derrota sofrida pelo dragão e seu exército nas esferas celestes já traz implícita a resposta, a ser ecoada pelas vozes das comunidades: *Ninguém é como nosso Deus!* A espera da intervenção de Miguel se inspira no livro de Daniel, lá apresentado como “o grande príncipe” que vem em socorro de seu povo, ou seja, o próprio Deus (ou seu Filho, na leitura das primeiras comunidades): *“Naquele tempo levantar-se-á Miguel, o grande Príncipe, que se conserva junto dos filhos do teu povo. Será um tempo de tal angústia qual jamais terá havido até aquele tempo, desde que as nações existem. Mas nesse tempo o teu povo escapará, isto é, todos os que se encontrarem inscritos no Livro.”* (Dn 12,1).

Segundo Hinkelammert, “o nome Miguel não é só uma pergunta, mas também resposta à Besta que se diviniza gritando: Quem é como Deus? Essa resposta é: o homem é como Deus, o Império não o é”.<sup>72</sup> Na verdade, o imperador é a grande Besta enviada pelo dragão para perseguir as comunidades. Essa grande Besta é poderosa, sim, seu poder é voraz. Mas assim como o dragão já foi derrotado no céu, também a grande Besta o será. O autor do Apocalipse mostra que os adoradores da Besta, que a divinizam, acreditam e propagam que ela é como Deus, por meio da pergunta *Quem como a besta?*

Certamente, os adoradores da Besta gritaram outro grito. O autor do apocalipse é incapaz de repetir textualmente a blasfêmia que pronunciaram. Os adoradores da Besta a divinizaram. Em consequência, o seu grito efetivamente pronunciado foi: Quem como Deus? O autor não é capaz de repeti-lo e por isso nos apresenta o que de verdade disseram – Quem como Deus? – como: Quem como a Besta? Mas à Besta chamaram de Deus porque era o seu Deus.<sup>73</sup>

<sup>71</sup> CROSSAN, John Dominic. *Jesús: biografía revolucionaria*. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1996. p. 17. Trad espanhola do original inglês Jesus: a revolutionary biography. “En el curso de un solo siglo, en dos extremos de ese mar cruel y hermoso que es el Mediterráneo, hubo dos hombres a los que se llamó hijo de dios en vida y simplemente dios una vez muertos. Uno de ellos, Octavio, ocupaba la cima de la aristocracia romana, mientras que el otro, Jesús, pertenecía al estrato más bajo del campesinado judío.”

<sup>72</sup> HINKELAMMERT, 1995, p. 114.

<sup>73</sup> HINKELAMMERT, 1995, p. 114.

Nesse sentido, todos aqueles que se levantam contra o Império se levantam contra Deus. Não por menos, as autoridades judaicas, ao entregarem Jesus aos romanos, o acusam de querer ocupar o lugar de César: “*Encontramos este homem subvertendo nossa nação, impedindo que se pague os impostos a César e pretendendo ser Cristo rei.*” (Lc 23,2); “*Se o soltas, não és amigo de César! Todo aquele que se faz rei, opõe-se a César.[...] Não temos outro rei a não ser César.*” (Jo 19,12.15). Tal soberba não pode ser tolerada. Assim age o poder do império, seus opositores são eliminados, devorados. A ideologia propaga que qualquer resistência é afronta a Deus, que está do lado dos romanos. O próprio Flávio Josefo, no intuito de desestimular seus irmãos judeus a entrarem em guerra contra Roma, mesmo que não chegue a reconhecer a divindade imperial (o que seria inconcebível para um judeu), contribui para a ideologia religiosa do império, ao afirmar que Deus está do lado dos romanos:

Pois a quem quereis tomar como companheiros para a guerra? Todos os que vivem no mundo habitado são romanos ou sujeitos a eles. [...] Pois não há outra ajuda ou socorro a não ser o de Deus; mas este também o tem os romanos, por que se ajuda particular de Deus, seria impossível que império tal e tão grande permanecesse e se conservasse.<sup>74</sup> (tradução nossa)

Por meio de uma análise crítica e profunda da realidade das comunidades e das estruturas que sustentam o Império idólatra, João desmistifica, desmascara a falsa divindade. Demonstrar a falsa divindade é um passo importante, mas não termina, *de per si* com o poder opressor do Império. É ainda necessário convencer a comunidade de que é possível vencer o medo que a tirania impôs. Para isso, é preciso “quebrar o encanto”, de forma que a terra e seus habitantes deixem de prestar culto (13,2). É preciso ir à raiz e ajudar as comunidades a entender os aparatos que envolvem a Besta. Só assim poderão vencê-la.

### 3.2.2 Os aparatos dos quais se serve a Besta

A Besta que emerge do mar é a personagem principal do capítulo, aliás, é figura bastante citada em todo o livro, ao todo aparece 36 vezes. Contudo, no capítulo em estudo,

<sup>74</sup> FLAVIO JOSEFO, *Las Guerras de los Judíos*, Livro II, Capítulo XVI. Trad. Juan Martín Cordero. Disponível em: <[http://www.cayocesarcialigula.com.ar/grecolatinos/guerra\\_de\\_los\\_judios/libro\\_2/16.htm](http://www.cayocesarcialigula.com.ar/grecolatinos/guerra_de_los_judios/libro_2/16.htm)>. Acesso em: 14 maio 2011. “*Pues a quiénes tomaréis por compañeros para la guerra? Todos los que viven en el mundo habitable son romanos, o a ellos sujetos. [...] Pues no hay otra ayuda ni socorro sino el de Dios; mas a éste también le tienen los romanos, porque sin ayuda particular suya, imposible sería que imperio tal y tan grande permaneciese y se conservase.*”

temos uma minuciosa descrição da Besta e de sua ação, conforme já mencionamos. Aqui queremos ressaltar outro texto, Ap 17, 3-17, que complementa a descrição da Besta. Pablo Richard explica que:

A Besta é um símbolo ou mito para identificar, pensar e criticar o Império Romano. [...] No capítulo 17 do Apocalipse, identifica-se claramente a Besta com o Império Romano, e a meretriz que cavalga sobre a Besta é identificada como Roma, chamada a Grande Babilônia. [...] A Besta é o Império total, com sua dimensão econômica, política, social, porém, sobretudo, religiosa, teológica e espiritual.<sup>75</sup>

Jorge Pixley também afirma:

João convoca as Igrejas da Ásia a resistir às ciladas de Satanás e a serem fiéis para conseguirem um prêmio (Ap 2 e 3). Indigna-se pela sorte dos que foram degolados por causa da Palavra (Ap 6,9-11). E classifica o império como uma Besta com dez chifres e sete cabeças que tiraniza os santos.<sup>76</sup>

A Besta, o Império idolátrico é sustentado por um aparato bem estruturado. João profeticamente denuncia cada estrutura que compõe este sistema:

a) Aparato militar:

O poder político militar supremo e absoluto (dez chifres) e universal (exercido sobre toda raça, povo, língua e nação). É um poder violento, opressor e repressivo, pois vem do dragão. O Império proclama a “Pax Romana”, no entanto essa paz é imposta por meio de um grande exército, muito bem organizado, forte e truculento, que mantinha a ordem estabelecida pelos romanos. A imagem da nuvem de gafanhotos descrita em Ap 9,7-11 expressa bem a sensação deixada pela devastação das legiões de soldados: “O aspecto dos gafanhotos era semelhante a de cavalos preparados para uma batalha. [...] O ruído de suas asas era como o ruído de carros com muitos cavalos correndo para um combate.” Assim explica Bohn Gass: “A paz romana significava a paz para Roma e opressão para os demais povos. O respeito à ordem estabelecida era a base da paz romana. Significava a eliminação sistemática de todos que se rebelavam contra o poder imperial”.<sup>77</sup>

A paz romana é denunciada e criticada pelo próprio Jesus que diz: “Deixo-vos paz, a minha paz vos dou; não vo-la dou como o mundo dá” (Jo 14,27). Além de denunciar, Jesus afirma, relendo o profeta Isaías, que a Paz do Deus da Vida é produzida a partir da justiça, não da violência (Is 32,17).

<sup>75</sup> RICHARD, p.194-195.

<sup>76</sup> PIXLEY, Jorge. As perseguições: O conflito de alguns cristãos com o Império. In: *Apocalíptica: Esperança dos Pobres*. RIBLA N. 7 – 1993/3. p. 77.

<sup>77</sup> GASS, 2005, p.110 -111.

Como deus, o Império tem o poder de guerrear contra os santos e vencê-los. Os que se opõem ao projeto imperial são perseguidos, presos e mortos (13,10). Segundo Pixley, “as perseguições romanas contra os cristãos levaram milhares de cristãos (os cálculos variam entre dez a duzentos mil) às torturas e à morte durante trezentos anos”.<sup>78</sup>

#### b) Aparato político

Quando Apocalipse 4 descreve um trono e ao redor dele outros vinte e quatro, constrói essa imagem a partir do que conhecia: a própria experiência do Império Romano. Um imperador supremo no ápice do poder e, gravitando ao redor dele outros tantos tronos menores a prestar-lhe reverência. A imagem celeste, evidentemente, não se apoia na violência (tem sentado ao trono principal um cordeiro) e oferece segurança plena: apenas o cordeiro é digno de abrir o livro (Ap 5,4). O cordeiro tem sete chifres e sete olhos (5,6). A Besta tem dez cifres e sete cabeças. Entretanto, as comunidades, confiam: o poder do Império passará, sua duração é de quarenta e dois meses, metade de sete anos (13,5).

A esperança era grande, mas na prática, não era fácil suportar a opressão do império. “As imagens do Apocalipse sobre a vitória do cordeiro contradizem a realidade experimentada, na qual os cordeiros não vencem, mas são mortos”.<sup>79</sup> Do ponto de vista político, os tentáculos do império chegam às comunidades por meio da administração local das províncias. Roma conta com seus procuradores e governadores e até mesmo, no caso da Palestina e outras regiões, com os reis locais (17,2).

As autoridades locais, fossem elas procuradores nomeados ou reis locais que juravam fidelidade a Roma, para usufruir do luxo da “grande prostituta”, viviam uma liberdade controlada e em subordinação. Não podiam experimentar a liberdade das comunidades que, como no deserto (Ex 19,4), eram conduzidas em asas de águia (Ap 12,14). Por isso, denuncia o autor do Apocalipse, “os reis da terra, que se prostituíam com ela e compartilhavam seu luxo, chorarão e baterão no peito, ao ver a fumaça de seu incêndio” (Ap 18,9).

#### c) Aparato religioso

---

<sup>78</sup> PIXLEY, 1993, p. 77.

<sup>79</sup> WENGST, Klaus. *Pax Romana: pretensão e realidade*. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 190.

A estrutura ideológico-religiosa seduz, controla o povo e garante o funcionamento do Império. Para manter o povo submisso, é preciso atingir a sua consciência, e isso é possível por meio da ideologia elaborada pelos pensadores intelectuais: sacerdotes, filósofos e outros. Assim, usa-se principalmente a religião. Transforma-se a religião em ideologia para manter a dominação. “E o que é mais significativo do ponto de vista ideológico é a exigência do culto ao império e ao imperador. A partir de Augusto César (31 a.EC – 14 d.EC) os imperadores foram divinizados, exigindo o culto a eles”.<sup>80</sup>

Domiciano, que provavelmente é o imperador na época da redação de nosso texto, Apocalipse 13, é considerado um dos imperadores mais tiranos e opressores. “Em sua vaidade chegou ao extremo de exigir os títulos de Senhor e Deus”.<sup>81</sup>

A segunda Besta tem a incumbência principal de promover o culto ao Império, seduzindo os habitantes da terra. É o falso profeta, pessoas do próprio povo, capaz de realizar grandes sinais, até descer fogo na terra como fez o profeta Elias (13,13; 1Rs 18,38-39), somente para conquistar a confiança e a adesão ao Império. Com o trabalho da segunda Besta, é mais fácil que as populações subjugadas aceitem inclusive a necessidade de se oferecer sangue humano à divindade. Mesmo que deste sangue faça uso a prostituta para embriagar-se (Ap 17,6). “Como no império romano com seu César divinizado, ou no império asteca com seu deus que exigia sangue humano, em nome dessa super-religião se imolam povos na América Latina, África e Ásia”.<sup>82</sup>

Por trás de toda a ação da Besta, está o Dragão, que entrega à Besta seu poder, seu trono e grande autoridade (13,2) É a grande “mão invisível”, mão de Satanás, que controla tudo e dá poder ao Império.

#### d) Aparato econômico

Aqui a denúncia profética desmascara o modelo econômico escravista-tributário que leva a maioria da população à situação de extrema miséria e exclusão e que beneficia apenas *os que trazem a marca com o nome da Besta ou com o número de seu nome* (13,16-17), proporcionando o acúmulo de riquezas, enquanto os que não têm a marca não podem comprar nem vender.

---

<sup>80</sup> GASS, 2005, 115.

<sup>81</sup> PIXLEY, 1993, p. 81.

<sup>82</sup> DUSSEL, Enrique. *Para uma ética da libertação latino-americana*. Vol. 5: Uma filosofia da religião antifetichista. São Paulo: Loyola/UNIMEP, [1980]. p. 126.

A ação ideológica da segunda Besta dá sustentação ao mercado. Como já citamos, a marca da Besta pode ser “o dinheiro”, já que nas moedas estava a imagem dos imperadores. Assim,

O dinheiro transformou-se aos olhos do autor do Apocalipse e dos cristãos, na marca da Besta, em sua imagem e no motivo do extermínio dos que não adoram essa imagem. É uma imagem viva, eficaz e destruidora. Todos igualmente têm de adorá-la, porque ninguém mais pode viver sem comprar e vender. É o falso profeta, que parece cordeiro, mas fala como serpente.<sup>83</sup>

O próprio Jesus adverte: *Não podeis servir a Deus e ao dinheiro.* (Lc 16, 13). O Império Romano explora os povos conquistados, diferentemente dos impérios anteriores, mediante o estabelecimento de uma grande rede comercial, na qual tudo se transforma em mercadoria, desde as riquezas naturais - ouro, pedras preciosas e pérolas (Ap 18,4) – até as pessoas, vidas humanas (Ap18, 13).

O Império desenvolveu relações comerciais que o unem tanto como o faz o poder militar. É a primeira vez na história ocidental que se generalizam os mercados e o uso do dinheiro, e a tal nível que não exclui mais nenhuma região e que vai além dos limites estritos do Império<sup>84</sup>

Por meio do mercado, apropria-se de todos os recursos que são extraídos da terra ou produzidos pelas pessoas, gera-se acúmulo de riquezas para uns poucos, como os próprios “mercadores destes produtos” (Ap 18,15). Os comerciantes também eram os grandes proprietários de terra, enquanto os pequenos agricultores perdiam suas terras e eram levados à escravidão.

O que prevalecia, desde a República, era o *latifúndio* com sua dinâmica de dominação escravista. A maioria dos latifúndios espalhados pelo império pertencia a famílias senatoriais. Isso indica para a crise econômica vivenciada pela maioria da população: escravidão, endividamento, perda de terra, migração e miséria eram o outro lado da moeda do enriquecimento de poucas famílias no império. [...] Há que se considerar que exatamente os grandes latifundiários eram também os grandes comerciantes, chamados de *emporoi*. Assim há uma circularidade de lucro e investimento: aquisição de novas terras, novos rendimentos.<sup>85</sup>

O mercado passa a controlar a vida das pessoas, dita as regras de convivência social e religiosa por meio da ideologia. É a denúncia feita em Apocalipse 13.

No Apocalipse, essa visão do Império como a Besta se vincula com uma segunda Besta, que é um falso profeta, faz milagres e produz uma imagem da Besta que é adorada por seus seguidores, exterminando os que não adoram essa imagem. Essa segunda Besta introduz tal generalização das relações mercantis que só se pode comprar e vender com a marca da Besta. [...] O mercado e o Estado

<sup>83</sup> HINKELAMMERT, 1995, p. 119-120.

<sup>84</sup> HINKELAMMERT, 1995, p. 118-119.

<sup>85</sup> REIMER, Ivoni Richter. Patriarcado e economia política. O jeito romano de organizar a casa. In: REIMER, Ivoni Richter (Org.). *Economia no mundo bíblico: Enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo: CEBI/ Sinodal, 2006. p. 87-89.

desenvolveram-se até formar uma unidade. [...] O Império é a Besta, e o dinheiro o seu falso profeta.<sup>86</sup>

Outra face da exploração desse Império, que tem relação direta com o mercado, é seu sistema tributário, também responsável pelo agravamento da pobreza, da exclusão e da escravidão. O povo era obrigado a pagar os impostos em moeda romana. Assim se mantinha a hegemonia desta moeda.

---

<sup>86</sup> HINKELAMMERT, 1995, p.115-116.

## 4 ENFRENTAR A BESTA

Como vimos acima, a Besta pode ser interpretada como representação do Império Romano em sua totalidade, em sua dimensão sócio-político-religiosa e como grande prostituta que se senta sobre a Besta, Roma. Hoje, podemos e queremos afirmar que a Besta é o neoliberalismo e a grande meretriz, poderio estadunidense.

A divinização do império capitalista leva à sua absolutização, que gera total submissão e intolerância com o diferente. Quem não comunga com a forma hegemônica de pensar, é convertido em ameaça, monstro que necessita ser extirpado da terra, para promover a paz, nem que para isso seja necessário promover golpes de estado, assassinar lideranças e até realizar guerras, mesmo que milhões de pessoas sejam sacrificadas. “O Império apresenta sua ordem como algo permanente e necessário”.<sup>87</sup>

Como o Império Romano, o sistema capitalista também se impõe pela força das armas e pela estrutura religiosa, ideológica e econômica, regido pela “mão invisível do mercado”, o antigo dragão do Apocalipse.

### 4.1 O Império pode fazer o que quiser: Dos estados totalitários à guerra antiterrorista

No primeiro capítulo, já mencionamos que, após a Segunda Guerra Mundial, o grande mal a ser combatido pelo Império era o comunismo. A União Soviética despontava como potência rival. Logo, durante todo o período da guerra fria, os Estados Unidos mantiveram para com a América Latina uma forte política intervencionista, dentro de um modelo conhecido como “Diplomacia Total”, que substituiu a “Política da Boa Vizinhança”, até então utilizada. Tal modelo visava, entre outras coisas, impedir aos governos latino-americanos maiores aproximações com o bloco socialista, liderado pela União Soviética. Tudo ganhou caráter mais dramático após a vitória do movimento revolucionário em Cuba, em 1959. A possibilidade da expansão do movimento revolucionário – “se Cuba conseguiu, por que nós também não podemos conseguir?” – passa a ser vista como uma ameaça para os

---

<sup>87</sup> HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. 2. Ed. Rio de Janeiro, Record, 2001. p. 28.

interesses estadunidenses no continente americano e como uma esperança para milhares de militantes nos movimentos populares de toda América Latina.

A chamada “Diplomacia Total”, que serviu aos interesses imperialistas até a queda do chamado socialismo real em 1989/1990, compreendia “uma coleção de estratégias políticas, econômicas, militares e sócio-culturais visando garantir seus interesses geoeconômicos e geopolíticos no mundo”.<sup>88</sup> Para os povos latino-americanos, isso significou, na prática, entre outras coisas, o massacre de qualquer iniciativa popular em busca de autonomia ou de ascensão social das camadas mais pobres. A antiga Doutrina de Segurança Nacional começa a ser gradativamente implantada, golpe após golpe: Guatemala, Equador e Honduras, em 1963; Brasil, em 1964; golpes diversos na Argentina (1962, 1966 e 1976); assassinato de Che Guevara, na Bolívia, em 1967; Uruguai e Chile, em 1973. Elevadas somas de dinheiro foram enviadas aos países latino-americanos, bem como tropas para treinamento de soldados e ensinamento de práticas de tortura.<sup>89</sup> Todas essas ações foram ideologicamente sustentadas por teorias que influenciavam as conservadoras elites nacionais dos países dominados. Servem de exemplo o famoso *Relatório Rockefeller*, de 1969 (que condenava os movimentos nacionalistas e apoiava a repressão militar, além de alertar para o perigo da infiltração marxista na teologia da libertação) e o *Documento Santa Fé*, de 1980:

A partir de um diagnóstico que apontava a perda de controle norte americano sobre territórios influenciados pela União Soviética na América Latina, os ideólogos de Santa Fé apontavam a necessidade de (...) acordos de assistência econômica e militar para a contenção ao comunismo na região.<sup>90</sup>

No caso do Brasil,

o golpe contou com grande participação do chamado imperialismo, devido ao plano de controlar os governos dos países latino-americanos, impedindo que a “praga comunista” os contaminasse, como “ocorrera” com Cuba, com a revolução socialista de 1959. Esse “controle” procurava manter governantes alinhados com a proposta imperial, isto é, de dependência ao mercado externo, e fortalecer as culturas primárias de exportação.<sup>91</sup>

Evidentemente, para atingir seus objetivos, o imperialismo estadunidense e as elites nacionais precisavam controlar não só as lutas populares e a educação popular. Todo o sistema de educação formal do Brasil passa a ser “monitorado” pelo império. Para isso,

<sup>88</sup> SANTOS, Marcelo. *O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria*. São Paulo: Ed. *Annablume*, 2008, p. 38.

<sup>89</sup> Uma boa descrição sobre a participação direta dos Estados Unidos nas ditaduras militares latino-americanas é a obra *Vida e Morte da Ditadura* (Vozes, 1984), do historiador Nelson Werneck Sodré. Ironicamente, Nelson Werneck é militar da reserva.

<sup>90</sup> SANTOS, 2008, p. 42.

<sup>91</sup> HERRERO, Rodrigo. A ditadura militar e seus motivos. In: *Rabisco: revista de cultura pop*. Edição 33, 12 a 25 de janeiro de 2004. Disponível em: <http://www.rabisco.com.br/33/ditadura.htm> Acesso em: 29/12/08.

muito contribuíram os acordos MEC/USAID<sup>92</sup>, responsáveis por uma ampla reforma no sistema educacional brasileiro. Em 1971, promulga-se a Lei 5692 (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação). Entre os seus objetivos está o controle das mentes e dos corpos de toda pessoa envolvida direta ou indiretamente com a escola.

O conhecido dossiê Brasil “Nunca Mais”, que trata especialmente da tortura implantada durante a ditadura militar, lembra que:

Os anos de 1962, 1963 e 1964 foram marcados pelo rápido crescimento das lutas populares. [...] Os trabalhadores sindicalizados, em que pesem debilidades evidentes na sua organização de base, tinham desenvolvido uma ampla capacidade de mobilização [...] Ao arrepio da estrutura sindical que a lei impunha desde Getúlio, passara ao desafio de criar uma central sindical com o nome de Comando Geral dos Trabalhadores. Esse CGT foi recebido pela direita afastada do governo como um espantalho que comprovava a iminência da revolução comunista no Brasil. É um período de forte inflação, mas os trabalhadores conseguem, em regra, reajustes salariais equivalentes ao aumento do custo de vida. No campo são criadas as Ligas Camponesas, que atingem, em 1964, um total de 2.181, espalhadas por 20 estados. Proliferam as lutas rurais que, de modo semelhante ao ocorrido nas cidades, causam pânico entre os fazendeiros conservadores, dispostos a tudo para impedir a Reforma Agrária.<sup>93</sup>

Os militares passam a governar por meio da edição dos Atos Institucionais (AIs). Com o primeiro ato, AI1, foram suspensas as imunidades parlamentares e as garantias de estabilidade dos servidores públicos. O mesmo ato instalou os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) contra pessoas “responsáveis pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política, social ou por atos de guerra revolucionária”<sup>94</sup>. Isto é, qualquer pessoa que ousasse ir contra o regime cometia todos esses “crimes”. Começam aí, com a instalação dos inquéritos, as violentas perseguições aos adversários do regime, com prisões, torturas, desaparecimentos e mortes.

## 4.2 Novo rumo?

Após a queda da União Soviética, o capitalismo, já em sua nova roupagem, o neoliberalismo, se impõe como um poder supremo, como única alternativa para o mundo.

<sup>92</sup> A USAID (U.S. Agency for International Development) foi o braço operacional da Aliança para o Progresso, programa de ajuda externa norte-americano direcionado para a América Latina, idealizado nos primórdios da administração Kennedy e implantado nos anos subseqüentes. O MEC é o Ministério de Educação e Cultura do governo brasileiro.

<sup>93</sup> ARNS, P.E. et al. *Brasil nunca mais*. 36ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 57-58.

<sup>94</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p.469.

Agora os contestadores já não são os comunistas, “esses inimigos são mais frequentemente chamados de terroristas”.<sup>95</sup>

Como Roma, hoje os Estados Unidos possuem a força militar mais poderosa do mundo e para acabar com o chamado terrorismo, se transforma num país também terrorista.

“Quanto mais a monstruosidade que se projeta no inimigo, tanto será preciso divinizar a meta do conflito. Todo inferno se realiza em nome de algum céu”.<sup>96</sup>

Com seu totalitarismo e sua propaganda contra o terror e seu discurso contra o “eixo do mal”, George W. Bush foi eleito e reeleito na década passada, comandou duas guerras, uma contra o Iraque e outra contra o Afeganistão, oficializou a tortura em Guantánamo, tudo em nome da paz, da segurança, da liberdade e da defesa dos direitos humanos e da lei.

Recentemente, o mundo inteiro assistiu a mais um lamentável capítulo dessa verdadeira “história de terror” da guerra antiterrorista, a caçada ao chefe da Al Qaeda, Osama Bin Laden, que culminou com sua morte. Morte que foi anunciada pelo presidente Barack Obama, Prêmio Nobel da Paz, em tom ufanista e religioso. A mensagem deixada para o mundo, seja com a operação que executou Bin Laden e parte de sua família, seja pelo discurso de Obama, de acordo com Stella Calloni, foi a seguinte: : “A América pode fazer o que quiser. Essa é a história do nosso país. Somos uma nação sob Deus, indivisível com liberdade e Justiça para todos”.<sup>97</sup>

O Império, em nome da lei, da ordem e de Deus, desrespeita todas as leis de proteção dos direitos humanos e soberania dos países. Como afirmou Leonardo Boff,

Tudo nessa caçada está sob o signo da imoralidade, da vergonha e do crime. Primeiramente, o Presidente Barack Obama, como se fosse um "deus" determinou a execução/matança de Bin Laden. Isso vai contra o princípio ético universal de "não matar" e dos acordos internacionais que prescrevem a prisão, o julgamento e a punição do acusado. Assim se fez com Hussein do Iraque, com os criminosos nazistas em Nürenberg, com Eichmann, em Israel e com outros acusados. Com Bin Laden se preferiu a execução intencionada, crime pelo qual Barack Obama deverá um dia responder. Depois se invadiu território do Paquistão, sem qualquer aviso prévio da operação. Em seguida, se seqüestrou o cadáver e o lançaram ao mar, crime contra a piedade familiar, direito que cada família tem de enterrar seus mortos, criminosos ou não, pois por piores que sejam, nunca deixam de ser humanos.<sup>98</sup>

<sup>95</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 56.

<sup>96</sup> HINKELAMMERT, 1995, p. 179.

<sup>97</sup> CALLONI, Stella. Mataram a Osama Bin Laden? Disponível em: <<http://cebi.org.br/noticia.php?secaoId=20&noticiaId=1958>>. Acesso em: 23 maio 2011.

<sup>98</sup> BOFF, Leonardo. Fez-se vingança, não justiça. Disponível em: <<http://cebi.org.br/noticia.php?secaoId=20&noticiaId=1963>>. Acesso em: 23 maio 2011.

### 4.3 A aparato econômico do império de hoje

É possível que a submissão ao deus mercado nunca tenha sido tão acentuada como nos dias de hoje. Com novo discurso, a Besta neoliberal, mais uma vez em pele de cordeiro, agora apela ao Estado para que socorra a economia mundial, que está doente. Ironicamente, aqueles que defendiam o afastamento do Estado da Economia, agora pedem a sua volta. Depois da última crise econômica, os governos nacionais voltaram a praticar política intervencionista, desta vez, infelizmente, mais preocupados com a saúde dos bancos do que com a saúde da população. Os estados europeus gastaram bilhões para “salvar bancos” (com toda a carga religiosa que o termo “salvar” traz em si).

Quem defendia o Estado mínimo, agora recua. Apesar de ter consolidado a política de “enxugamento do Estado”, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em artigo publicado no dia 13 de abril de 2011, afirma: “Defender o papel crescente do Estado nas sociedades democráticas, inclusive em áreas produtivas, não é contraditório com a defesa da economia de mercado”.<sup>99</sup>

Não se trata de “conversão” do deus mercado, este não se curva ao Estado. Pelo contrário, é a “cabeça ferida de morte” que se contorce e, para se recuperar, exige que o Estado a “cure”. Mesmo que isso custe, como já dissemos, a vida de milhões de pessoas.

É neste sentido que deve ser lida a eleição de Barack Obama. Diante da enorme crise causada pelos apoiadores de Bush, o povo norte-americano deposita sua confiança em alguém que, sendo negro e proveniente das camadas mais populares, promete a “salvação”. E a população ao acreditar numa promessa, repete em coro: “Sim, nós podemos”.<sup>100</sup> A frase pressupõe uma pergunta: Podemos o quê? No sentimento do povo, o que se esperava era poder recuperar o padrão de consumo proporcionado pelo *American Way of Life*, comprometido nos últimos anos. Voltar a poder consumir significa, para boa parte da população estadunidense, poder repetir o que dizem os adoradores da besta: “Sim, nós podemos!” “Quem como nós?”

Não importa se para isso todas as normas mínimas de relação internacional sejam violadas. “Quem como nós?” Não importa se a produção acelerada que deve atender o

---

<sup>99</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *O papel da Oposição*. In: Revista Interesse Nacional, Ano 4 - Edição 13 - Abril a Junho de 2011. Disponível em: <[http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd\\_artigo=101](http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd_artigo=101)>. Acessado em: 22/04/2011.

<sup>100</sup> A frase “Yes, we can” foi a marca da campanha de Barach Obama e foi reiteradamente repetida em seu discurso de vitória.

consumo desenfreado de quem evidentemente pode “comprar e vender, porque tem a marca da besta” (Ap 13,17), exige do planeta o que ele não pode fornecer. “Sim, nós podemos!” “Quem como nós?”

As mesmas corporações econômicas até então apoiadoras de Bush (multinacionais do petróleo, grandes fabricantes de armas, entre outras), souberam ler esse momento, ajudaram Obama a aprender a falar como um dragão (Ap 13,12) e se mantêm no poder. Por isso, o império segue fazendo guerra contra os descendentes da mulher (Ap 12,17). Todos eles, por mais diferentes que sejam entre si, terão apenas uma marca: são do “eixo do mal” e precisam ser extirpados.

O “quem como nós?”, entretanto, espalha-se entre os seguidores da besta:

A influência ideológica dos Estados Unidos caracteriza, ao contrário, um caso típico de hegemonia no sentido gramsciano do conceito, refletida na capacidade de convencimento, de persuasão, de fascínio, de sedução, de adoção dos valores do modo de vida norte-americano. No caso das populações pobres, a sedução do consumo das marcas, do McDonald's, da internet e, além disso, no caso da China, o uso da tecnologia e de automóveis, com sintomas da indução dos valores norte-americanos.<sup>101</sup>

#### 4.4 O aparato ideológico: a religião neoliberal

O Império se apresenta como única forma possível de organização política. O discurso é que não há alternativa ao sistema de mercado capitalista. Jung Mo Sung afirma que o Império Global atual domina por meio da sedução, fascinação e medo.

Fascinação, medo e ausência de alternativa são características do sagrado. E os ideólogos do Império sabem e exploram muito bem essa aura religiosa em que está envolto o sistema capitalista atual e reforçam esse processo de sacralização do Império.<sup>102</sup>

Personificado, a cada dia os noticiários anunciam se o mercado está nervoso ou calmo, se sua saúde vai bem ou mal. A “mão invisível”, uma imagem capaz de falar (Ap 13,15) agora é mais exigente, determina que sejam colocados a seu dispor as mentes e os corações de todas as pessoas. Como anunciado pelo autor do Apocalipse, foi-lhe dado até mesmo infundir espírito à imagem da Besta (13,15). E se para Hegel o Espírito se personifica no Estado, para a religião capitalista, o “Espírito” a ser cultuado é a “mão

<sup>101</sup> SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 53.

<sup>102</sup> SUNG, Jung Mo. Tarefas do Cristianismo de Libertação (I): Crítica da idolatria. Disponível em: <<http://cebi.org.br/noticia.php?secaoId=22&noticialId=1837>>. Acesso em: 12 março 2011.

invisível do mercado”. Mão com o dom da hipnose, capaz de seduzir os habitantes da terra. E por que se torna mais difícil denunciar essa farsa nos dias de hoje? Entre outras coisas, porque

a derrota do campo socialista em escala mundial foi seguida de um projeto ideológico que substituiu o Estado pela empresa e pelo mercado, o cidadão pelo consumo, a regulação econômica pelo livre-comércio, os espaços públicos pelos shopping centers, o trabalhador pelo indivíduo, a ideologia pelo marketing, a palavra pela imagem, a escrita pela mídia visual e o livro pelo vídeo, as concentrações de rua pelas campanhas políticas televisivas, os direitos pela competição, a novela escrita pela telenovela, os jornais pelo noticiário de televisão. Em suma uma virada ou consolidação de valores ideológicos que vinham se impondo ao longo do tempo e que encontraram no ambiente ideológico da hegemonia neoliberal seu campo de afirmação por excelência.<sup>103</sup>

Para desmontar essa religião aparentemente invencível, duas coisas são necessárias: primeiro entender seu “número”; segundo, seguir o exemplo da mulher, que, em sua fragilidade aparente, é capaz de vencer o dragão Com a mulher, estão os 144.000 assinalados. São doze vezes 12.000 (Ap 7,4), e além deles uma multidão que ninguém pode contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas (Ap 7,9): são indígenas, sem terra, mulheres vítimas de toda forma de violência, crianças em situação de rua... gente querendo se erguer. Gente que sabe que foi assinalada, que espera e sonha não ter que receber a marca da besta. “Porque gado a gente marca, tange fere, engorda e mata, mas com gente é diferente.”<sup>104</sup>

#### 4.5 A fragilidade da mulher vencerá o dragão

Um dragão aparentemente invencível, uma mulher em situação de fragilidade. A desigualdade, que parece ser evidente esconde o seu contraditório: no trabalho de parto, mesmo com sofrimento, a mulher tem a força para dar à luz o novo, que é capaz de reger todas as nações com cetro de ferro (Ap 12,5). O dragão já carrega o estigma de ter sido vencido no céu. E se o que acontece na terra é reflexo do que se passa nas esferas celestes, o dragão será derrotado também na terra. Não será suficiente a ajuda das duas bestas, com quem o dragão completa a “trindade do mal”. Essa trindade, o texto deixa claro, é o cúmulo da imperfeição, é o número 666. Jamais atingirá a plenitude, expressada pelo número 7. Além disso, como já dissemos anteriormente, o discernimento ajudará a desmascarar

<sup>103</sup> SADER, p. 52.

<sup>104</sup> *Disparada* - Música de autoria de Geraldo Vandré e Théo de Barros.

qualquer tentativa de divinização do império: trata-se de um número humano e não divino (Ap 13,18).

Muitas explicações se deram para este número. Além do reforço na imperfeição (a Besta é três vezes 6, três vezes imperfeita), quando se busca outro uso deste número na Bíblia, lê-se em 1Rs 10,14: “*O peso do ouro que chegava para Salomão, anualmente, era de seiscentos e sessenta e seis talentos de ouro*”. Tendo em vista que o Apocalipse, dentre todos os livros do Segundo Testamento, é o que mais recorre ao Primeiro, pode ser que o autor do Apocalipse tenha usado como fonte o livro de 1Reis, que os judeu-cristãos conheceriam muito bem. Em tendo isso ocorrido, certamente é possível que as comunidades relacionassem a opressão romana com a tirania de Salomão, também ideologicamente justificada.

Na história da interpretação do “número da besta”, desde o século II, com Irineu de Lião, busca-se ver nesse número uma alusão a Roma, seja de forma genérica, seja tentando encontrar nele o nome dos imperadores, especialmente de Nero.<sup>105</sup> De nossa parte, mais do que reproduzir cálculos e conjecturas, optamos por concluir que o número da Besta demonstra sua imperfeição, sua finitude e sua dimensão humana:

São muitos os que partindo do número seis como número do homem (o que se baseia nas especulações sobre o relato da criação do homem, que ocorre justamente no sexto dia: cf. Gn 1,26-31), acreditam ver no número seiscentos e sessenta e seis nada mais do que o vão esforço da criatura para atingir unicamente com as próprias forças a plenitude e a perfeição (representadas pelo número sete).<sup>106</sup>

Demonstrado para as comunidades que o mal não é divino, estas podem retomar as forças para enfrentá-lo. É o que se deve dizer também nos dias de hoje em relação ao neoliberalismo: é preciso o discernimento, essa suposta “mão invisível” é uma invenção humana. A mulher, em sua fragilidade, é capaz de vencer o dragão.

Aliás, o primeiro capítulo do livro já nos aponta uma visão de alento e de esperança: ao cair como morto diante do que via, João sente a mão direita a lhe tocar o ombro e a confortá-lo: “*Não tenha medo*” (Ap 1,17). Não se trata da mão invisível do mercado, mas da mão que estimula a coragem e a solidariedade dos pobres para enfrentar o Império.

Desmascarar a ideologia neoliberal que se apresenta como única forma viável de organização social é uma tarefa importante no resgate da esperança e na criação de uma

---

<sup>105</sup> CORSINI, 1981, p. 248.

<sup>106</sup> CORSINI, 1981, P. 250.

consciência capaz de impulsionar a luta contra o dragão e as bestas. E principalmente na construção de alternativas, dos novos céus e nova terra (Ap 21).

Por isso, apresentamos duas experiências positivas que nos mostram que já existem alternativas, comprovando que a falsa divindade é contraposta pela ação dos pequenos.

A primeira alternativa é a experiência de um reino pequenino e distante. Reino onde as pessoas vivem em harmonia com a natureza e preservam vastas florestas, onde a alegria e a contemplação são mais valorizadas que o comércio e a felicidade das pessoas é mais importante que a produção econômica. É, isso é possível! Este Reino é o Butão, país da Ásia. Fica no Himalaia, perto da Índia e da China.

Neste país, há quase quarenta anos, um jovem, mas sábio rei decidiu usar um índice que medisse a felicidade de seus súditos. FIB – Felicidade Interna Bruta,<sup>107</sup> em vez de PIB. Vale ressaltar que o PIB é um índice que soma todas as transações econômicas de um país, inclusive formas de crescimento negativas que afetam o bem-estar social, além de não conseguir contabilizar os custos ambientais.

No Butão, as decisões políticas são tomadas levando-se em consideração os indicadores da FIB, que são: padrão de vida, educação, saúde, resiliência ecológica, bem-estar psicológico, diversidade cultural, uso equilibrado do tempo, boa governança e vitalidade comunitária.<sup>108</sup>

É claro que existem problemas no país, não é uma sociedade perfeita. É evidente que esse estilo de vida tem mais chances de perseverar onde a maioria da população vive basicamente da agricultura. Entretanto, duas coisas devem ser também destacadas: em primeiro lugar, não há fome e o índice de violência é muito baixo; em segundo lugar, no caso do Butão trata-se de uma escolha deliberada dos governantes em resistir ao “encanto” do deus mercado, opção feita, por exemplo, pela vizinha e gigante China.

Numa sociedade de inúmeras e crescentes rupturas sociais e ecológicas, este pequeno país nos ensina que é possível viver em harmonia com as outras pessoas, com a natureza e consigo mesmo.

A segunda experiência surgiu no seio de um povo que, como a mulher do Apocalipse 12, enfrenta bravamente o dragão há mais de 500 anos.

É a experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZNL, um grupo formado por indígenas de várias ramificações da etnia Maia, inspirado na luta de Emiliano

---

<sup>107</sup> A sigla em inglês é GNH (Gross National Happiness) e se coloca como alternativa ao GPD (Gross Domestic Product) ou GDI (Gross Domestic Income), que corresponde ao nosso PIB.

<sup>108</sup> Cf. SCHINELO, Edmilson. Conjuntura Brasileira: troquemos o PIB pelo FIB. In: *Raízes e Asas: Teologia da Libertação e Educação Popular*. São Leopoldo: CEBI/CECA/IPPOA, 2010, p. 13.

Zapata contra o regime autoritário de Porfírio Díaz, que desencadeou a Revolução Mexicana de 1910.

O EZLN era um grupo anônimo até primeiro de janeiro de 1994, quando desceu as montanhas para ocupar várias cidades do Estado mais pobre do México, Chiapas. Nesse dia, deu um grito de “Ya basta!” contra o acordo do livre comércio entre México, Estados Unidos e Canadá. Em pouco tempo, essa boa nova se espalhou por todo o mundo.

As principais reivindicações do EZLN são por: terra, trabalho, pão, teto, liberdade, dignidade e justiça, demandas seculares dos povos indígenas. A autonomia é seu princípio econômico, por isso o movimento estabelece formas alternativas de governo ao padrão hegemônico. A economia das cidades lideradas pelo movimento zapatista baseia-se na produção de subsistência e o controle da renda é feito de forma não hierárquica pelas “Juntas de Bom Governo”.

O movimento zapatista nos mostra que é possível construir uma “sociedade na qual caibam todos os seres humanos, mas igualmente a natureza externa aos seres humanos. Trata-se ao mesmo tempo da concepção de um mundo no qual cabem muitos mundos e diferentes culturas.”<sup>109</sup> Uma resposta profético-apocalíptica à concepção dominante que se legitima disseminando sua arrogante teoria de que não há alternativa. Pedro Henrique Falco Ortiz declara:

Em quase doze anos de existência pública (ou vinte e dois desde sua criação na clandestinidade), o EZLN já deixou marcas profundamente positivas na sociedade mexicana e contribuiu para a rearticulação dos movimentos sociais, para o crescimento da oposição ao sistema de partido-estado e para que o México mestiço se reconhecesse no México indígena, historicamente marginalizado, que das profundezas milenares e com generosa utopia mostra seu rosto oculto e defende o sonho de *um mundo onde caibam todos os mundos*. O zapatismo reacendeu esperanças que pareciam perdidas e mostrou que ainda é possível lutar contra o esquecimento, a exclusão, o racismo, pela dignidade humana, por democracia, liberdade e justiça.<sup>110</sup>

Encontrar alternativas é o desafio para todos nós que acreditamos num mundo diferente, mais justo e solidário.

Num momento em que nos é imposta uma única cultura, a resistência dos povos indígenas e a defesa da pluralidade de culturas questionam a hegemonia do pensamento neoliberal e podem nos ajudar construir as novas alternativas que tanto sonhamos. As

<sup>109</sup> HINKELAMMERT, Franz J. “Pensar em alternativas: capitalismo, socialismo e a possibilidade de outro mundo”. In: DUSSEL, Enrique e outros. *Por um mundo diferente: alternativas para o mercado global*. Petrópolis: Vozes, 2003

<sup>110</sup> ORTIZ, Pedro Henrique Falco. *Das montanhas mexicanas ao ciberespaço* Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/11.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2011.

diversas formas de organizar o trabalho, de sonhar com o futuro, de conceber e de viver a vida são a prova da fragilidade da besta: não é toda a terra que a admira, não é de todos os povos que recebe a admiração. Começa a se fragmentar o poder recebido do dragão. Cai por terra a concepção neoliberal, “que parte do pressuposto (racista) de que as culturas e as economias indígenas são primitivas, arcaicas, obsoletas, inferiores. Os indígenas não têm capacidade de autogoverno”.<sup>111</sup>

Nisso consiste a resistência, mas também a raiz da revolução: se, conforme o pensamento liberal, os povos indígenas não possuem condições de autogoverno, faz-se necessária a tutela do Estado (leia-se Estado burguês e branco, nos moldes ocidentais). É essa a lógica que orientou a política indigenista brasileira. Mas também é a mesma lógica que orienta a política imperialista norte-americana: todos os povos do mundo necessitam de sua tutela e proteção. Questionada essa lógica e subvertida essa ordem, a Besta começa a perder a autoridade que recebeu do dragão (Ap 13,2).

Os povos indígenas e outros povos nos ensinam que é possível vivenciar outros modelos alternativos de organização social fundamentados em valores como solidariedade, respeito, colaboração e reciprocidade. Na concepção dos povos indígenas, a reciprocidade é a capacidade e a obrigação de ser generoso, de retribuir, de acolher e de partilhar.

Não é possível um mundo que só se desenvolve “esgotando as duas fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”.<sup>112</sup> Os povos indígenas nos ensinam que é possível viver em harmonia com o meio ambiente, mais, que isso é uma necessidade se queremos garantir a nossa própria existência. Eles nos ensinam que a terra é espaço sagrado, a grande mãe geradora de vida.

#### **4.6 Apesar de você, amanhã há ser outro dia...**

Como vimos, a apocalíptica é esperança que nasce da angústia e da dor de pessoas que sofrem forte opressão dos impérios. Ela é instrumento eficaz de resistência ideológica e contracultural, que além de denunciar a opressão, ajuda a animar as comunidades para a transformação da sociedade. É o convite para que se escute, nos momentos mais difíceis, o conhecido refrão: “Não tenham medo” (Mc 6,50; Ap 1,18).

---

<sup>111</sup> GIRARD, 2003, p.120.

<sup>112</sup> MARX, 2008, p.148.

Aqui no Brasil, na época da ditadura militar, muitas canções, com linguagem simbólica, camuflada, incompreensível para os opressores, ajudou animar a resistência e plantar de novo o sonho de um mundo menos violento. *Apesar de você*, música de Chico Buarque é um exemplo.

Segundo o próprio Chico, “o *você* se referia a tudo, era o sistema. [...] E *Apesar de você* também era tudo, todo o contexto da época”.<sup>113</sup> Hoje, apesar de tudo, de toda violência, injustiça, desigualdade social, desequilíbrio ambiental e exclusão que o sistema Neoliberal espalha pelo mundo, acreditamos que amanhã será outro dia.

O poema começa com a denúncia do sistema opressor, da realidade de repressão vivenciada:

Hoje você é quem manda,  
Falou, tá falado,  
Não tem discussão.

E da situação de sofrimento do povo:

A minha gente hoje anda  
Falando de lado  
E olhando pro chão, viu.

Denuncia a escuridão e todo o caos provocado pelo sistema:

Você que inventou esse estado,  
E inventou de inventar  
Toda a escuridão.  
Você que inventou o pecado  
Esqueceu-se de inventar  
O perdão.

Por outro lado, há a esperança de uma mudança radical e definitiva dessa situação de caos. É o anúncio de um novo amanhã, da instauração de uma nova ordem, que se dará “quando o galo cantar, o dia raiar, a manhã florescer e esbanjar poesia,” para indignação e ira do opressor, agora incapaz de impedir que a vida renasça “impunemente”. A linguagem, mais uma vez, é apocalíptica: “como vai se explicar” “aquele que inventou a escuridão”,

---

<sup>113</sup> ZAPPA, Regina. *Chico Buarque: para todos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, p. 149.

“vendo o céu clarear” e o “nosso coro a cantar na sua frente”? Como nos grandes julgamentos apocalípticos (por exemplo, Ap 17-19), o opressor é derrubado do seu trono e conduzido ao “banco dos réus”, o “inventor do pecado” “vai pagar dobrado” por “cada lágrima rolada”, por não ter inventado o perdão. E o criador das trevas não tem agora “onde se esconder da enorme euforia”.

O povo, por sua vez, tem cada lágrima enxugada (Is 25,8; Ap 21,4) e pode celebrar pelas ruas, em explosão de alegria (Ap 19,1). Pode se conduzir a fontes de água viva (Ap 7,17) e contemplar a nova criação, vendo “a água nova brotar” e “o jardim florescer”, assim como lemos em Ap 21,1; 22,1-2.

## CONCLUSÃO

O momento atual parece caracterizar-se como um período de enfraquecimento do neoliberalismo. Sintomas desse enfraquecimento poderiam ser as crises financeiras dos últimos anos, que abalam a economia estadunidense e a chamada Zona do Euro. Entretanto, até mesmo em função de sua fraqueza, o capital volta a cobrar o “enxugamento do estado”. Para cuidar da “saúde dos bancos e do sistema financeiro”, a “mão invisível do mercado” expõe suas garras, num brutal desejo de arrancar das pessoas e da sociedade em geral o que se conquistou em décadas de luta. E ainda que aparentemente enfraquecido, esse modelo insiste em se impor como poder hegemônico. Neste contexto, muitas sociedades correm o risco de se dobrarem à força ideológica que tenta esmagar principalmente o que nos é mais sagrado: nossa capacidade de ter esperança, de construir utopias e de acreditar na possibilidade de novas alternativas, na continuidade da história.

Na América Latina, de modo especial, após décadas de aplicação da receita neoliberal por meio de governos ditatoriais, os povos sonham com tempos novos. Tal sonho se fundamenta não só na eleição de governos menos totalitários (ainda que nem sempre anti-neoliberais), mas principalmente no visível fortalecimento de movimentos sociais. Destacam-se os movimentos indígenas, as novas revoluções estudantis, o renascer dos povos quilombolas e as mais variadas frentes de luta das mulheres. Entretanto, há uma corrente de pensamento muito forte a insistir em duas ideias básicas: a melhoria das condições de vida do povo latino-americano será cada vez maior na medida em que a democracia fortalece, entendendo-se esta última expressão como maior autonomia do capital frente aos estados nacionais e seus governos. Tal ideologia esconde o fortalecimento de uma outra forma de ditadura: a ditadura do mercado. Este último, se cultuado como divindade, tem sua palavra incontestável.

É neste momento que a leitura da Apocalíptica e especialmente, do Apocalipse de João oferece sua contribuição especial: como se demonstrou nesse trabalho, por se constituir como resistência ideológica e contracultural que desmascara a realidade escondida, pode nos ajudar desmistificar e desmascarar o atual Império opressor que se diviniza. Uma vez conscientes do fetiche do mercado, terão as pessoas condições de afirmar diante do “quem como a besta?” (Ap 13,4): “Ninguém é como Deus”, afirmação contida no nome *Miguel* (Ap 12,7).

Contudo, não basta apenas desmascarar a falsa divindade. Diante de um império que insiste em dizer que não há outras possibilidades, faz-se necessário, resgatar a coragem e a esperança apocalíptica e afirmar: A Besta não é invencível. E se o neoliberalismo produz uma sociedade na qual impera a violência, o individualismo, a devastação e a exclusão, queremos com a esperança apocalíptica dizer: outro mundo mais justo, mais igualitário e diverso é possível. A história não acabou! Uma vez conscientes dessa verdade, comunidades e povos encontrarão forças para não só para fortalecer e expandir experiências alternativas como as divulgadas no último capítulo desse trabalho, como também para criar novos modelos de convivência social, que também são, em última instância, possibilidades de culto a um Deus plural e libertador.

Diante das estruturas que querem ocupar o lugar que pertence somente a Deus e exigem adoração, somos chamados à resistência e à perseverança apocalípticas. Quem teve medo ao "ver emergir o monstro da lagoa", como cantaram Chico Buarque e Gilberto Gil em Cálice, pode juntar-se à frágil força da mulher, resistir, sonhar e construir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

\_\_\_\_\_. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) *Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARNS, P.E. et al. *Brasil nunca mais*. 36ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BOFF, Leonardo. Fez-se vingança, não justiça. Disponível em:  
<<http://cebi.org.br/noticia.php?secaoId=20&noticiaId=1963>>. Acesso em: 23 maio 2011.

BORÓN, Atílio. A Sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) *Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 63-118.

BRAS. Terezinha Pereira. *Financiamento da Escola Pública: Uma tarefa da sociedade?* 1999. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1999.

CALLONI, Stella. Mataram a Osama Bin Laden? Disponível em:  
<<http://cebi.org.br/noticia.php?secaoId=20&noticiaId=1958>>. Acesso em: 23 maio 2011.

CARCANHOLO A., Reinaldo. Introdução. In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O papel da Oposição*. In: Revista Interesse Nacional, Ano 4 - Edição 13 - Abril a Junho de 2011. Disponível em:  
<[http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd\\_artigo=101](http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd_artigo=101)>. Acessado em: 22/04/2011.

CORSINI, Eugênio. *O apocalipse de São João*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1981.

CROATTO, J. Severino. *Apocalíptica: e esperança dos oprimidos (contexto sócio político e cultural do gênero apocalíptico)*. In: RIBLA – Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Metodista; São Leopoldo: Sinodal, n. 7, p. 9-21, 1990.

CROSSAN, John Dominic. *Jesús: biografía revolucionaria*. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1996, Trad espanhola do original inglês Jesus: a revolutionary biography.

DUSSEL, Enrique. *Para uma ética da libertação latino-americana*. Vol 5: Uma filosofia da religião antifetichista. São Paulo: Loyola/UNIMEP, [1980].

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FERNANDES, Luis. *Neoliberalismo e reestruturação capitalista*. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (Org.). *Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 39-50.

FERNÁNDEZ, Pedro Barrado. *Pablo de Tarso: la persona y la época*, p. 3. Disponível em <[http://www.marianistas.org/conferencias/material/pedro\\_barrado\\_20-x-08.pdf](http://www.marianistas.org/conferencias/material/pedro_barrado_20-x-08.pdf)>. Acessado em 9 maio 2011.

FLAVIO JOSEFO, *Las Guerras de los Judíos*, Livro II, Capítulo XVI. Trad. Juan Martín Cordero. Disponível em: <[http://www.cayocesarciligula.com.ar/grecolatinos/guerra\\_de\\_los\\_judios/libro\\_2/16.htm](http://www.cayocesarciligula.com.ar/grecolatinos/guerra_de_los_judios/libro_2/16.htm)>. Acesso em: 14 maio 2011.

GASS, Ildo Bonn. *Uma Introdução à Bíblia*. Vol 6 (Período Grego e Vida de Jesus). São Leopoldo: CEBI; São Paulo: Paulus, 2004.

\_\_\_\_\_. *Uma Introdução à Bíblia*. Vol 8 (As comunidades da terceira geração). São Leopoldo: CEBI; São Paulo: Paulus, 2004.

GIRARD, Giulo. Desenvolvimento local sustentável, poder local alternativo e refundação da esperança. In: PIXLEY, Jorge (Coord.). *Por um mundo diferente: Alternativas para o Mercado Global*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 95.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. 2. Ed. Rio de Janeiro, Record, 2001.

HERRERO, Rodrigo. A ditadura militar e seus motivos. In: *Rabisco: revista de cultura pop*. Edição 33, 12 a 25 de janeiro de 2004. Disponível em: <<http://www.rabisco.com.br/33/ditadura.htm>> Acesso em: 29/12/08.

HINKELAMMERT, Franz J. *Sacrifícios humanos e sociedade ocidental: Lúcifer e a besta*. São Paulo: Paulus, 1995.

\_\_\_\_\_. “Pensar em alternativas: capitalismo, socialismo e a possibilidade de outro mundo”. In: DUSSEL, Enrique e outros. *Por um mundo diferente: alternativas para o mercado global*. Petrópolis: Vozes, 2003.

HORSLEY, Richard A. e HANSON, John S. *Bandidos, profetas e messias: Movimentos populares no tempo de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1995.

HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1973.

SUNG, Jung Mo. *Tarefas do Cristianismo de Libertação (I): Crítica da idolatria*. Disponível em: <<http://cebi.org.br/noticia.php?secaoId=22&noticiaId=1837>>. Acesso em: 12 março 2011.

KÜMMEL, Werner Georg. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1982.

LÖWY, Michael. *O capitalismo como religião*, em Folha de S. Paulo. São Paulo, 18 set. 2005.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Bauru: EDIPRO, 3 ed., 2008. p.196. Tradução e condensação de Gabriel Deville.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tomo I. 3 ed. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes.

McDOWELL, E. A. *A soberania de Deus na história: a mensagem e significado de Apocalipse*. Rio de Janeiro: JUERP, 1980.

MESTERS, Carlos e OROFINO, Francisco. *Apocalipse*: São Leopoldo, CEBI, 1999.

\_\_\_\_\_. *Apocalipse de João: Esperança, Coragem e Alegria*. 1ª Parte. São Leopoldo: CEBI, 1997.

\_\_\_\_\_. *Apocalipse de João: Esperança, Coragem e Alegria*. 3ª Parte. São Leopoldo, CEBI, 1997.

MIRANDA, Valtair A. *A Estrutura do Apocalipse de João*. Disponível em <[http://www.revistatheos.com.br/Artigos%20Anteriores/Artigo\\_02\\_01.pdf](http://www.revistatheos.com.br/Artigos%20Anteriores/Artigo_02_01.pdf)>. Acessado em: 14 maio 2011.

ORTIZ, Pedro Henrique Falco. *Das montanhas mexicanas ao ciberespaço*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/11.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2011.

PIXLEY, Jorge (Coord.). *Por um mundo diferente: Alternativas para o Mercado Global*. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *As perseguições: O conflito de alguns cristãos com o Império*. In: *Apocalíptica: Esperança dos Pobres*. RIBLA n. 7, p.77-88, 1990/3.

PLATAO. *A república*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

REIMER, Ivoni Richter. *Patriarcado e economia política. O jeito romano de organizar a casa*. In: REIMER, Ivoni Richter (Org.). *Economia no mundo bíblico: Enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo: CEBI/ Sinodal, 2006. p.72-97.

RIBLA – Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Metodista; São Leopoldo: Sinodal, 1990. n. 7 (Apocalíptica: Esperança dos Pobres).

RICHARD, Pablo. *Apocalipse: Reconstrução da Esperança*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Richard, Pablo. O povo de Deus contra o Império – Daniel 7 em seu contexto literário e histórico. In: *Apocalíptica: Esperança dos Pobres*. RIBLA n. 7, p.22-40, 1990/3, 1990

ROLOFF, Jürgen. *A igreja no Novo Testamento*. São Leopoldo: CEBI/Sinodal/EST, 2005.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. *Religião de Mercado e Exclusão Social*. In: Revista Espaço Acadêmico, n. 58, mar. 2006. Disponível em: <[www.espacoacademico.com.br/058/58esp\\_rossi.htm](http://www.espacoacademico.com.br/058/58esp_rossi.htm)>. Acessado em 13 de maio de 2012.

SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Marcelo. *O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria*. São Paulo: Ed. Annablume, 2008

SCHINELO, Edmilson. Conjuntura Brasileira: troquemos o PIB pelo FIB. In: *Raízes e Asas: Teologia da Libertação e Educação Popular*. São Leopoldo: CEBI/CECA/IPPOA, 2010.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da (org). *Uma Nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos Estados Unidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Vol. II. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

SUNG, Jung Mo. *A Idolatria do Capital e a Morte dos Pobres: Uma reflexão teológica a partir da dívida externa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

\_\_\_\_\_. *Teologia e Economia: repensando a teologia da libertação e utopias*. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *Deus Numa Economia Sem Coração- Pobreza e neoliberalismo: um desafio à evangelização*. 2.ed. São Paulo: Paulus, 1992.

\_\_\_\_\_. *Tarefas do Cristianismo de Libertação (I): Crítica da idolatria*. Disponível em: <<http://cebi.org.br/noticia.php?secaoId=22&noticiaId=1837>>. Acesso em: 12 março 2011.

THEISSEN, Gerd. *O Novo Testamento*. Petrópolis: Vozes, 2007.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. *Sutileza e memória: um olhar sobre a literatura persa clássica*. UCAM. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/bea.rtf>>. Acessado em 13 maio 2011.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WENGST, Klaus. *Pax Romana: pretensão e realidade*. São Paulo: Paulinas, 1991.

ZAPPA, Regina. *Chico Buarque: para todos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O papel da Oposição*. In: Revista Interesse Nacional, Ano 4 - Edição 13 - Abril a Junho de 2011. Disponível em:

<[http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd\\_artigo=101](http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd_artigo=101)>. Acessado em: 22/04/2011.